

# **EDITAL**

## **CONCORRÊNCIA**

**002/2026**

## **CONTRATANTE (UASG)**

**(930391)**

## **PREÂMBULO**

O objeto da presente licitação é Contratação de Serviços Técnicos de Engenharia e de Urbanismo – Serviços Técnicos Especializados de Natureza Intelectual, para o desenvolvimento da revisão do PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL abrangendo os sete municípios do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, articulados por meio do proponente Consórcio Intermunicipal Grande ABC, a ser executado em regime de empreitada por preço global nos termos deste Edital e demais documentos que o complementarem, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e nas demais condições e exigências estabelecidas no Termo de Compromisso TRANSFEREGOV.BR Nº 969092/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no âmbito do NOVO PAC.

### **VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 4.499.714,62**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 04/08/2026, às 10h (horário de Brasília)**

### **Critério de Julgamento:**

Técnica e preço

### **Modo de disputa:**

Fechado

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

### **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. ORÇAMENTO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
HABILITAÇÃO JURÍDICA .....	7
HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA .....	7
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA .....	7
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, OPERACIONAL E PROFISSIONAL .....	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO.....	8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	20
8. DO TERMO DE CONTRATO.....	22
9. DOS RECURSOS .....	23
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	24
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	26
12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO .....	26
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	29
14. ANEXOS.....	29

## CONSORCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

### CONCORRÊNCIA Nº 002/2026.

(Processo de Compras nº 019/2025)

Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio da Secretaria Executiva, sediado na Av. Ramiro Colleoni, 5 – Vila Dora, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento do tipo técnica e preço, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Resolução nº 007/2024 que regulamenta a Concorrência, na sua forma eletrônica no âmbito do Consórcio Grande ABC, demais legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é Contratação de Serviços Técnicos de Engenharia e de Urbanismo – Serviços Técnicos Especializados de Natureza Intelectual, para o desenvolvimento da revisão do PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL abrangendo os sete municípios do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, articulados por meio do proponente Consórcio Intermunicipal Grande ABC, a ser executado em regime de empreitada por preço global nos termos deste Edital e demais documentos que o complementarem, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e nas demais condições e exigências estabelecidas no Termo de Compromisso TRANSFEREGOV.BR Nº 969092/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no âmbito do NOVO PAC.

A licitação será realizada em único item.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento

da habilitação.

- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
  - 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.7.3. sociedades cooperativas;
  - 2.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.7.5. pessoas físicas ou jurídicas que tenham participado da elaboração de estudos técnicos preliminares ou de documentos preparatórios que possam comprometer a isonomia do certame, quando caracterizado conflito de interesses, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
  - 2.7.6. não se aplica a vedação prevista neste item quando a participação do agente tenha se dado de forma genérica ou institucional, sem acesso a informações privilegiadas capazes de comprometer a competitividade do certame.
  - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.7.11. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
    - 2.7.11.1. Fica estabelecido, para a habilitação econômico-financeira do consórcio, acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual, em conformidade com o disposto no art. 15, §§ 1º e 2º da Lei Federal n. 14.133/2021.
  - 2.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item [2.7.7](#) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente

comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [2.7.5](#) e [2.7.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens anteriores não impede a contratação de serviços técnicos especializados que envolvam o desenvolvimento de estudos, projetos ou soluções técnicas, desde que observados os princípios da isonomia, da competitividade e da segregação de funções previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item [2.8](#) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. ORÇAMENTO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.2. As despesas decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do exercício de 2026, na classificação: 33.01.01.26.451.0001.1.0006.339039.05.00000000

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.5. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item [7.13.1.](#)
- 4.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.9. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.10. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.10.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 4.10.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 4.10.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.10.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.10.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.10.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 4.10.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 4.10.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento,

de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.10.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.10.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.10.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

4.12. Para Efeito de Habilitação Jurídica, deverão ser apresentados os documentos relacionados no item 9.4 e seguintes do Termo de Referência.

#### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

4.13. Para Efeito de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverão ser apresentados os documentos relacionados no item 9.14 e seguintes do Termo de Referência.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

4.14. Para Efeito de Qualificação Econômica e Financeira, deverão ser apresentados os documentos relacionados no item 9.22 e seguintes do Termo de Referência.

#### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, OPERACIONAL E PROFISSIONAL**

4.15. Para Efeito de Qualificação Técnica, Operacional e Profissional, deverão ser apresentados os documentos relacionados no item 9.31 a 9.41 todos do Termo de Referência.

### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. As propostas de preço e as propostas técnicas deverão ser postadas a partir da data de publicação do Edital, pelo sistema disponível no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), podendo ser substituídos ou excluídos até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando se encerra a fase de recebimento de propostas.

5.2. A simples apresentação de proposta de preços implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

5.3. O(a) Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.4. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5. O valor da proposta deverá observar a estrutura de composição de custos definida no Termo

de Referência, considerando as etapas, produtos e entregáveis previstos, devendo ser expresso em reais (R\$), com duas casas decimais.

- 5.6. Descrição do objeto, contendo as informações similares a descrição feita no Termo de Referência.
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do objeto, assim como correrão por conta da Contratada todas as despesas relacionadas com a prestação dos serviços licitada, tais como tributos, seguros, fretes, salários e respectivos encargos sociais e trabalhistas, comissões, transporte, material, equipamentos e demais custos incidentes sobre o objeto licitado.
- 5.9. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços técnicos especializados com os recursos humanos, metodologias e ferramentas adequadas à perfeita execução contratual.
- 5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.15. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.16. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.
- 5.17. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.
- 5.18. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas e do julgamento, sendo solicitado apenas do(s) licitante(s) vencedor(es) o envio dos documentos de habilitação exigidos neste edital.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
- 6.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.5.1. SICAF;
- 6.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 6.6.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 6.9. Serão desclassificadas as propostas que:
- 6.9.1. contiverem vícios insanáveis;
- 6.9.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.9.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.9.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

- 6.10. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 6.11. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas neste edital.
- 6.12. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.
- 6.13. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro:
- 6.13.1. Nota Técnica:
- 6.13.1.1. NT1 – Experiência da Empresa (Peso 20)**
- 6.13.1.2. A proposta técnica deverá conter documentos que demonstrem a Experiência anterior do Licitante compatível com o objeto desta licitação.
- 6.13.1.3. **Forma de Comprovação:** Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprovem a sua experiência de ter executado ou estar executando serviços pertinentes e compatíveis em características e quantitativos e prazos com o objeto do Edital compreendendo, no mínimo, os seguintes aspectos:

NT1 – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE (PESO 20)	
<b>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL A COMPROVAR</b>	<b>Pontuação Máxima:</b> <b>20 pontos</b>

<b>ITEM I</b>	contrato(s) que comprove(m) a experiência de 15 (quinze) anos ou mais do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.	5 (cinco) Pontos
<b>ITEM II</b>	Elaboração ou revisão de Planos de Mobilidade Urbana (PMU) ou Planos Diretores de Transporte e Trânsito, em conformidade com a Lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Diretrizes do Ministério das Cidades ou órgãos equivalentes.	1 experiência comprovada = 1 (um) ponto ou 2 experiências comprovadas = 3 (três) pontos ou 3 experiências comprovadas = 5 (cinco) pontos
<b>ITEM III</b>	Experiência em projetos que envolvam articulação intermunicipal ou Consórcios Públicos, preferencialmente na região metropolitana.	1 experiência comprovada = 1 (um) ponto ou 2 experiências comprovadas = 3 (três) pontos ou 3 experiências comprovadas = 5 (cinco) pontos

ITEM IV	Desenvolvimento de estudos técnicos complementares, tais como: Pesquisas origem-destino; Análises de demanda de transporte público; Propostas de integração modal (ônibus, trem, bicicleta, etc.).	1 experiência comprovada = 1 (um) ponto ou 2 experiências comprovadas = 3 (três) pontos ou 3 experiências comprovadas = 5 (cinco) pontos
<p>Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.</p> <p>Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.</p> <p>O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.</p> <p>Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.</p> <p>Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.</p> <p>- A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.</p>		

#### 6.13.1.4. NT2 – Apresentação da Equipe Técnica Chave (Peso 40)

6.13.1.5. A proposta técnica deverá conter documentos que comprove o vínculo da Equipe Técnica Chave com a Licitante, para atender o objeto desta licitação.

6.13.1.6. **Forma de Comprovação:** A licitante deverá comprovar o vínculo do profissional através da apresentação de documentos como contrato de trabalho, contrato social ou contrato de prestação de serviços. Também será necessário a apresentação do registro dos profissionais no conselho de classe competente, como CREA e CAU. A experiência do profissional será comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica. A composição da equipe técnica mínima, está relacionada a seguir:

NT2 – APRESENTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA CHAVE (PESO 40) PONTUAÇÃO MÁXIMA: 40 PONTOS	
CAPACIDADE TÉCNICA A COMPROVAR FORMAÇÃO/EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/TEMPO DE FORMAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA COMPROVADA POR ATESTADO

<b>ITEM I</b>	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional em coordenação de planejamento urbano e/ou de transportes em cidades com mais de 500 mil habitantes. Tempo de formação mínima de 15 (quinze) anos.	Experiência de Coordenação menor que 5 anos = 0 (zero) pontos ou 5 anos completos = 5 (cinco) pontos ou 6 anos completos = 6 (seis) pontos ou 7 anos completos = 7 (sete) pontos ou 8 anos completos = 8 (oito) pontos ou igual ou maior que 9 anos completos = 9 (nove) pontos
<b>ITEM II</b>	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional em coordenação de planejamento urbano e/ou de transportes em cidades com mais de 500 mil habitantes. Tempo de formação mínima de 10 (dez) anos.	Experiência de Subcoordenação menor que 5 anos = 0 (zero) pontos ou 5 anos completos = 3 (três) pontos ou 6 anos completos = 4 (quatro) pontos ou 7 anos completos = 5 (cinco) pontos ou igual ou maior que 8 anos completos = 6 (seis) pontos
<b>ITEM III</b>	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional em trabalhos de planejamento de transportes com utilização de modelos de simulação (demanda) de transporte em cidades com mais de 500 mil habitantes. Tempo de formação mínima de 10 (dez) anos.	Experiência de Profissional Sênior 1 menor que 5 anos = 0 (zero) pontos ou 5 anos completos = 1 (um) pontos ou 6 anos completos = 2 (dois) pontos ou 7 anos completos = 3 (três) pontos ou igual ou maior que 8 anos completos = 4 (quatro) pontos
<b>ITEM IV</b>	Profissional com curso superior completo em arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional na elaboração de Planos Diretores Urbanos, Planos de Mobilidade Urbana ou outros trabalhos de planejamento urbano e de mobilidade em cidades com mais de 500 mil habitantes. Tempo de formação mínima de 10 (dez) anos.	Experiência de Profissional Sênior 2 menor que 5 anos = 0 (zero) pontos ou 5 anos completos = 1 (um) pontos ou 6 anos completos = 2 (dois) pontos ou 7 anos completos = 3 (três) pontos ou igual ou maior que 8 anos completos = 4 (quatro) pontos

<b>ITEM V</b>	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional na elaboração de planos e projetos viários ou em estudos de circulação em cidades com mais de 500 mil habitantes. Tempo de formação mínima de 10 (dez) anos.	Experiência de Profissional Sênior 3 menor que 5 anos = 0 (zero) pontos ou 5 anos completos = 1 (um) pontos ou 6 anos completos = 2 (dois) pontos ou 7 anos completos = 3 (três) pontos ou igual ou maior que 8 anos completos = 4 (quatro) pontos
<b>ITEM VI</b>	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional na elaboração de planos e projetos de mobilidade ativa em cidades com mais de 500 mil habitantes. Tempo de formação mínima de 10 (dez) anos.	Experiência de Profissional Sênior 4 menor que 5 anos = 0 (zero) pontos ou 5 anos completos = 1 (um) pontos ou 6 anos completos = 2 (dois) pontos ou 7 anos completos = 3 (três) pontos ou igual ou maior que 8 anos completos = 4 (quatro) pontos
<b>ITEM VII</b>	Profissional com curso superior completo, com experiência profissional na coordenação de pesquisas operacionais de transporte (operacional, embarque e desembarque com e sem senha, origem e destino embarcada, velocidade e retardamento e outras pesquisas e levantamentos de campo em mobilidade, conforme previstas no escopo deste TR.) e em pesquisas de Origem / Destino Domiciliar. Tempo de formação mínima de 5 (cinco) anos.	Experiência de Profissional Pleno 1 menor que 3 anos = 0 (zero) pontos ou 3 anos completos = 1 (um) pontos ou 4 anos completos = 2 (dois) pontos ou igual ou maior que 5 anos completos = 3 (três) pontos
<b>ITEM VIII</b>	Profissional com curso superior completo com experiência profissional em geoprocessamento. Tempo de formação mínima de 5 (cinco) anos.	Experiência de Profissional Pleno 2 menor que 3 anos = 0 (zero) pontos ou 3 anos completos = 1 (um) pontos ou 4 anos completos = 2 (dois) pontos ou igual ou maior que 5 anos completos = 3 (três) pontos
<b>ITEM IX</b>	Profissional com curso superior completo com experiência profissional em organização de planos de comunicação, audiências públicas e processos de participação social na elaboração de plano de mobilidade. Tempo de formação mínima de 5 (cinco) anos.	Experiência de Profissional Pleno 3 menor que 3 anos = 0 (zero) pontos ou 3 anos completos = 1 (um) pontos ou 4 anos completos = 2 (dois) pontos ou

		igual ou maior que 5 anos completos = 3 (três) pontos
--	--	---

6.13.1.7. Além desses profissionais que constituem a sua equipe chave, a empresa Contratada deverá dispor de outros, tais como engenheiros, arquitetos, técnicos, projetistas, pesquisadores, moderadores e outros, de acordo com as necessidades por ela identificadas.

**6.13.1.8. TABELA DE PONTUAÇÃO NT2 – Apresentação da Equipe Técnica Chave (Peso 40)**

ITEM	FUNÇÃO	TOTAL
I	Coordenador Geral	9 pontos
II	Subcoordenador	6 pontos
III	Profissional Sênior 1	4 pontos
IV	Profissional Sênior 2	4 pontos
V	Profissional Sênior 3	4 pontos
VI	Profissional Sênior 4	4 pontos
VII	Profissional Pleno 1	3 pontos
VIII	Profissional Pleno 2	3 pontos
IX	Profissional Pleno 3	3 pontos
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>		<b>40 pontos</b>

**6.13.1.9. NT3 – Conhecimento do Problema, Metodologia e Plano de Trabalho (Peso 40)**

6.13.1.9.1. A proposta técnica deverá apresentar documentos que demonstre o Conhecimento do Problema, Metodologia e Plano de Trabalho, atender o objeto desta licitação.

6.13.1.9.2. **Forma de Comprovação:** Para comprovar o Conhecimento do Problema, Metodologia e Plano de Trabalho, a proponente deverá apresentar texto contendo, de forma clara e objetiva, os métodos, critérios e formas propostas para a prestação dos serviços, considerando as atividades, cronologia dos trabalhos e a estrutura organizacional correspondente, observando-se as categorias que serão enquadradas quando da sua avaliação, e contendo as seguintes abordagens:

<b>NT3 – CONHECIMENTO DO PROBLEMA, METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO (PESO 40)</b>	
<b>CAPACIDADE TÉCNICA A COMPROVAR</b>	<b>Pontuação Máxima: 40 pontos</b>

<p><b>Abordagem 1:</b> Conhecimento do Problema, no qual a licitante deverá demonstrar conhecimento sobre a caracterização da Mobilidade Regional do Grande ABC que abrange sete municípios Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.</p>	<p>Categoria de Avaliação:</p> <p>Grau I = 1 Ponto</p> <p>ou</p> <p>Grau II = 4 Pontos</p> <p>ou</p> <p>Grau III = 7,5 pontos</p> <p>ou</p> <p>Grau IV = 10 Pontos</p>
<p><b>Abordagem 2:</b> Compreensão dos Objetivos dos Serviços, na qual a proponente deverá interpretar e analisar os objetivos, dimensionar seu significado e as consequências, implícitas no seu objeto;</p>	<p>Categoria de Avaliação:</p> <p>Grau I = 1 Ponto</p> <p>ou</p> <p>Grau II = 4 Pontos</p> <p>ou</p> <p>Grau III = 7,5 pontos</p> <p>ou</p> <p>Grau IV = 10 Pontos</p>
<p><b>Abordagem 3:</b> Exposição sobre a Metodologia de Trabalho, tratando da interpretação e consolidação das atividades que serão realizadas, com planejamento e desenvolvimento dos serviços e documentos a serem gerados, e com os respectivos organograma e fluxograma de atividades e quadro de permanência da equipe técnica;</p>	<p>Categoria de Avaliação:</p> <p>Grau I = 1 Ponto</p> <p>ou</p> <p>Grau II = 4 Pontos</p> <p>ou</p> <p>Grau III = 7,5 pontos</p> <p>ou</p> <p>Grau IV = 10 Pontos</p>
<p><b>Abordagem 4:</b> Descrição da Estrutura Técnica/Administrativo, com indicações de equipamentos, softwares a serem utilizados e método para gestão de controle do desenvolvimento técnico do projeto e plano de gestão da qualidade.</p>	<p>Categoria de Avaliação:</p> <p>Grau I = 1 Ponto</p> <p>ou</p> <p>Grau II = 4 Pontos</p>



	ou Grau III = 7,5 pontos ou Grau IV = 10 Pontos
--	--

6.13.2. Categorias de Avaliações NT3:

- a) A proposta será avaliada como de GRAU I quando a Licitante não apresentar as informações e proposições mínimas requeridas, demonstrando desconhecimento do assunto.
- b) A proposta será avaliada como de GRAU II quando a Licitante apresentar as informações e proposições mínimas requeridas, porém, contendo erros ou omissões, que caracterizam conhecimento insuficiente dos serviços, sugerindo que suas proposições não satisfazem adequadamente as expectativas mínimas esperadas quanto à qualidade dos serviços que se propõe a prestar.
- c) A proposta será avaliada como de GRAU III quando a Licitante apresentar as informações e proposições mínimas requeridas, mostrando conhecimento suficiente do problema, no que diz respeito às metodologias correlacionadas e dos serviços que está propondo a realizar, mostrando evidência de que oferece condições de atuar com desempenho satisfatório ao exigido no Edital.
- d) A proposta será avaliada como de GRAU IV quando a Licitante apresentar as informações e proposições requeridas, mostrando um conhecimento mais aprofundado dos serviços, no que diz respeito às metodologias correlacionadas e do serviço que está propondo a realizar, apontando evidência de que oferece condições de atuar com desempenho sólido e com segurança, podendo colaborar significativamente para melhoria da qualidade dos serviços esperados

6.14. Para fins de elaboração dos documentos relativos ao quesito NT3 (Conhecimento do Problema, Metodologia e Plano de Trabalho), não será estabelecido limite mínimo ou máximo de páginas. A licitante deverá, contudo, observar o dever de apresentar o conteúdo de forma 'clara e objetiva', garantindo que o detalhamento técnico seja suficiente para permitir à Comissão de Licitação a avaliação da proposta em conformidade com os quatro graus de pontuação deste Edital.

6.15. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas, o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço, observando sua compatibilidade com o valor estimado da contratação e com os custos necessários à adequada execução do objeto.

6.15.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem a viabilidade de sua execução, mediante análise fundamentada, podendo a Administração solicitar esclarecimentos e comprovações adicionais do licitante.

6.15.2. A análise de inexecuibilidade considerará, entre outros aspectos, a coerência da proposta com os custos diretos e indiretos do serviço, a metodologia executiva apresentada, a qualificação da equipe técnica e as condições de mercado, vedada a adoção de critérios exclusivamente matemáticos ou percentuais fixos.

6.15.3. Caso identificados indícios de inexecuibilidade, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

6.16. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da



necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

- 6.17. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.17.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.17.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.17.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.
- 6.17.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.17.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.18. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.18.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.18.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.19. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

QUESITO	MÁXIMO DE PONTOS
---------	------------------

NT1 – Experiência da Empresa (Peso 20)	20 (Vinte)
NT2 – Apresentação da Equipe Técnica Chave (Peso 40)	40 (quarenta)
NT3 – Conhecimento do Problema, Metodologia e Plano de Trabalho (Peso 40)	40 (quarenta)
<b>TOTAL MÁXIMO DE PONTOS (NT = Nota Técnica Total)</b>	100 (cem)

6.20. A proposta técnica deverá conter documentos que demonstrem a capacidade da Licitante em atender às especificações dos serviços, estabelecidas no edital e seus anexos, contendo:

- I. **Experiência anterior do Licitante compatível com o objeto desta licitação;**
- II. **Apresentação da Equipe Técnica Chave;**
- III. **Conhecimento do Problema, Metodologia e Plano de Trabalho;**

6.21. A “**NOTA DA PROPOSTA COMERCIAL**” (NC) será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Comercial (NC), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NC = 100 \times (X1 / X2)$$

NC - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

6.22. Forma e critérios de seleção do fornecedor

6.22.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de Julgamento por TÉCNICA E PREÇO, mediante apresentação de proposta técnica e proposta comercial, conforme parâmetros relacionados abaixo:

A. Nota técnica (NT)

I) Experiência da Empresa

II) Apresentação da equipe técnica chave

III) Conhecimento do problema, Metodologia e plano de trabalho

B. Nota da proposta comercial (NC)

6.22.2. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 \times NT + 30 \times NC) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NC = Nota da Proposta Comercial.

6.23. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens [6.2](#) e [6.2.1](#), o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior

pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

6.26. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.28. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.29. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.30. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.31. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.32. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.32.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.32.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.32.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- 6.32.2.2. empresas brasileiras;
  - 6.32.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.32.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
  - 6.32.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.33. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.
- 6.34. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.34.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.35. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.36. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.
- 6.37. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.38. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores

de cada consorciado.

- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
  - 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail, no endereço: [licitacao@consorcioabc.sp.gov.br](mailto:licitacao@consorcioabc.sp.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
  - 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.13. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  - 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas,

prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

- 7.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item [7.13.1](#), poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
- 7.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 7.15.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 7.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 7.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem [7.13.1](#).
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de

contrato, ou outro instrumento equivalente.

- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
  - 8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
  - 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.5. Os prazos dos itens [8.2](#) e [8.3](#) poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
  - 10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;
    - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 10.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 10.1.6. fraudar a licitação;
  - 10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
  - 10.2.2. multa;
  - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos



determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens [10.1.1](#), [10.1.2](#) e [10.1.3](#), a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.
  - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens [10.1.4](#), [10.1.5](#), [10.1.6](#), [10.1.7](#) e [10.1.8](#) a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens [10.1.1](#), [10.1.2](#), [10.1.3](#) e [10.1.4](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens [10.1.5](#), [10.1.6](#), [10.1.7](#) e [10.1.8](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens [10.1.1](#), [10.1.2](#), [10.1.3](#) e [10.1.4](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item [10.1.3](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado

da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
  - 10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 10.16. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, com dolo ou culpa o contratado que der causa, não atender ou ainda praticar qualquer dos itens previstos no Termo de Referência, em especial do item 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [licitacao@consorcioabc.sp.gov.br](mailto:licitacao@consorcioabc.sp.gov.br)
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

## 12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
  - 12.1.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 12.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 12.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 12.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 12.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 12.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 12.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 12.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 12.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 12.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 12.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 12.8. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 12.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 12.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 12.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 12.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 12.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 12.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 12.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 12.13.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 12.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 12.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 12.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 12.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.consorticioabc.sp.gov.br](http://www.consorticioabc.sp.gov.br).
- 13.11. A responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.
- 13.12. A obrigatoriedade da aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais ou a aplicação das margens de preferência para produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais sempre que esses produtos e serviços estiverem descritos na lista estabelecida na Resolução CIIA-PAC nº 1, de 28 de junho de 2024, observadas as disposições do art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e do Decreto nº 11.889, de 22 de janeiro de 2024.

### 14. ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Orçamento Estimado.

Anexo III – Cronograma Físico-financeiro

Anexo IV - Modelo da Proposta de Preço

Anexo V – Minuta de Termo de Contrato

Anexo VI – Termo de Ciência e Notificação

---

**AROALDO OLIVEIRA DA SILVA**  
**Secretário Executivo**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA<sup>1</sup>

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

(Processo Administrativo nº 77/2024. Processo de Compras nº 019/2025)

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de Serviços Técnicos de Engenharia e de Urbanismo – Serviços Técnicos Especializados de Natureza Intelectual, para o desenvolvimento da revisão do **PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL** abrangendo os sete municípios do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, articulados por meio do proponente Consórcio Intermunicipal Grande ABC, a ser executado em regime de empreitada por preço global nos termos deste Termo de Referência e demais documentos que o complementarem, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O objeto da contratação tem a natureza de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Intelectual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de doze (12) meses, contados a partir da emissão de Ordem de Início do Objeto, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

---

<sup>1</sup> Termo de Referência desenvolvido conforme Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021, elaborado por Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria - Advocacia Geral da União. Atualização: ABR/2025, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia> acesso em 15abr2025, adaptado de acordo com as particularidades da entidade, sempre em observância ao inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1 Apresentação institucional**

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, constituído em 1990, é um consórcio público, conforme a lei federal nº 11.107/2005, e integra a administração indireta dos municípios consorciados, com legitimidade para planejar executar políticas públicas em âmbito regional.

O Consórcio é estruturado pela Assembleia de Prefeitos, instância máxima deliberativa; pela Secretaria Executiva; e por quatro diretorias: Programas e Projetos, Administrativa e Financeira, Desenvolvimento Econômico e Jurídica. Possui em seu quadro empregados públicos concursados, graduados e com experiência técnica acumulada em virtude do desenvolvimento de diversos projetos e planos, englobando desde os procedimentos administrativos para captação de recursos, licitação, execução de projetos e prestação de contas.

Em 2013, o Consórcio desenvolveu o Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC, que resultou no Plano de Investimentos para a Mobilidade com diversas obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2). Além das obras pleiteadas e desenvolvidas pelos municípios, foram solicitados recursos para o desenvolvimento de projetos pelo próprio Consórcio, diversos deles resultando em obras importantes para a Região, suprimindo lacunas de capacidade técnica das prefeituras, que nem sempre dispõem de equipes para execução desses projetos.

A implementação de parte expressiva das propostas do Plano de Mobilidade Regional de 2013 e as mudanças naturais na dinâmica econômica, social e urbana da Região tornam necessária sua atualização.

### **2.2. Fundamentação da necessidade da contratação**

A presente proposta tem por objeto a contratação de serviços técnicos de urbanismo e engenharia, visando a elaboração da revisão do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC. Para consecução desta demanda, foram pleiteados recursos ao Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Seleções 2023, aprovados no final do ano de 2024.

A Região do Grande ABC, localizada na parte sudeste da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, é constituída pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São



Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, e apresenta intensa conurbação, e dinâmica econômica intrarregional.

De acordo com o Plano de Mobilidade Regional, desenvolvido em 2013, refletindo o seu dinamismo econômico, a Região do Grande ABC apresenta índices de mobilidade (número médio de viagens por habitante) relativamente altos; analogamente, é mais baixo o índice de imobilidade (percentual de pessoas que não realizam nenhuma viagem no dia) do Grande ABC e de todos os municípios, se comparados com a média da Região Metropolitana.

Em relação à distribuição espacial da demanda, segundo dados da OD 2007 (apud Plano de Mobilidade Regional, 2013) cerca de 6 milhões, das 38 milhões de viagens realizadas diariamente na RMSP, tem origem ou destino na Região do Grande ABC, sendo que 5,1 milhões delas são internas, 690 mil têm origem ou destino na Capital e 46 mil nos demais municípios. Considerando apenas as origens, 5.643.775 viagens (14,8%) se originam na Região, um número um pouco menor, 5.493.094 viagens (14,4%) se dirigem aos sete municípios do ABC. Das viagens internas, 4,6 milhões são municipais. Estes dados demonstram o intenso deslocamento e dinâmicas econômicas entre as sete cidades.

O Plano de Mobilidade Regional foi desenvolvido no Grande ABC, entre 2012 e 2013, e, ainda em 2013, resultou no Plano de Investimentos para Mobilidade, conquistando recursos para a realização em obras do PACTO para Mobilidade (PAC 2) no Grande ABC.

Naquele momento, a Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU, aprovada sob a Lei Federal nº 12.587/2012 havia sido recentemente aprovada, quando o Consórcio Intermunicipal Grande ABC iniciou, de forma pioneira, a elaboração do Plano de Mobilidade Regional ainda em 2012, que posteriormente subsidiou a elaboração de diversos Planos de Mobilidade Urbana dos municípios do ABC, atendendo a PNMU, em seu artigo 24, que institui, como uma de suas exigências, a obrigatoriedade da elaboração desta peça de planejamento aos municípios.

Com o passar do tempo, as dinâmicas de deslocamento e as prioridades de planejamento para os transportes metropolitanos foram se alterando. Quando o Plano de Mobilidade Regional foi desenvolvido, havia a perspectiva de implantação de importante linha do sistema metropolitano ao ABC - a Linha 18-Bronze, viabilizando a entrada do modal de alta capacidade sobre trilhos (monotrilho elevado) na Região, medida que não foi efetivada pelo Governo do Estado, sendo suprimida do planejamento estadual em 2019. Neste mesmo ano, houve a promessa, ainda não concretizada, de implantação de um Bus Rapid Transit – BRT, modal de média capacidade, ao longo da



Avenida Lauro Gomes, praticamente no mesmo percurso do monotrilho, alterando a perspectiva de implantação e atração de viagens.

Além disso, nos últimos anos, o planeta enfrentou uma pandemia (COVID19) que alterou significativamente as formas de deslocamento, principalmente em relação ao Transporte Coletivo, fato que precisa ser estudado com maior profundidade. Durante este período, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC mensurou o carregamento dos Transportes Coletivos, que apresentou oscilação de volumes de passageiros conforme as diversas “ondas” da pandemia, vindo, ao final do período, alcançar 70% do carregamento anterior mensurado.

Houve também neste ínterim, o surgimento de um novo modal, o “transporte remunerado privado individual de passageiros”, instituído pela Lei Federal nº 13.640, de 26 de março de 2018, alterando significativamente o contexto de circulação e escolhas da população, além do acréscimo considerável de deslocamentos e uso do sistema viário.

Recentemente houve a atualização da pesquisa OD Metrô – 2023, cujos dados são um relevante retrato da dinâmica de mobilidade na RMSP, a serem analisados e estudados com profundidade.

Além disso, esteve em curso, recentemente, a elaboração do Plano Integrado de Transportes Urbanos - PITU 2040, pelo Governo do Estado, que tem por objetivo a reestruturação do sistema de circulação da metrópole, considerando a distribuição espacial do sistema de alta capacidade pela RMSP e suas conexões macro-metropolitanas.

Nesse sentido, e diante de todas as questões apontadas acima, faz-se necessário efetuar a Revisão do Plano de Mobilidade Regional à luz das transformações recentes nas dinâmicas locais, regionais e metropolitanas, bem como abrangendo a análise das novas pesquisas e planos realizados no período.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, disponível em: <https://www.consortioabc.sp.gov.br/public/admin/globalarq/conta-publica/arquivo/c82e6330e7265fb05dedab95783bb1aa.pdf> item 33, página 17

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A descrição da solução como um todo, apresentada a seguir, descreve o objeto de forma detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação.

### 3.1 Objeto:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de urbanismo e engenharia para revisão do Plano Regional de Mobilidade do Grande ABC. Os serviços deverão ser executados de acordo com as condições constantes neste Termo de Referência, em especial nas especificações apresentadas no item 3.4. Etapas e Atividades.

O Plano Regional de Mobilidade do Grande ABC deverá conter um diagnóstico completo das condições de mobilidade na Região, um prognóstico da evolução dessas condições dentro de um horizonte de curto prazo (5 anos), médio prazo (15 anos) e longo prazo (25 anos), e propostas de diretrizes e ações para mobilidade regional, compreendendo os sistemas de transportes coletivos, individuais, motorizados e não motorizados, a infraestrutura urbana necessária destinada ao transporte e a busca por integração entre sistemas. O Plano de Mobilidade Regional deverá abranger os sete municípios do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como as conexões com os municípios vizinhos e a macroacessibilidade regional.

Deverá partir da situação levantada a partir do Plano de Mobilidade Regional desenvolvido em 2013, acrescido da análise crítica das transformações ocorridas na última década, bem como das novas dinâmicas de transporte, e, em relação ao planejamento dos transportes nas escalas local (por meio da análise dos Planos de Mobilidade Urbana dos municípios), metropolitana (por meio da análise do PITU-2040 (Plano Integrado de Transportes Urbanos) e outros planos; Plano de Corredores Metropolitanos da EMTU, Planejamento de expansão do Metrô / STM; bem como o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana / MCidades /BNDES), dentre outros.

A abrangência do Plano de Mobilidade Regional deverá englobar todo o conjunto de modos de transporte (motorizados e não motorizados), de serviços (de passageiros e de cargas, coletivos individuais, públicos e privados) e das infraestruturas que garantem os deslocamentos de pessoas e cargas no território, de acordo com o artigo 3º da Lei Federal nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade.

Quanto às definições de transportes, para fins de abrangência do Plano Regional, o escopo compreende as definições elencadas no artigo 4º da Lei Federal nº 12.587/2012:

- I. Transporte urbano: conjunto dos modos e serviços de transporte público e privado utilizados para o deslocamento de pessoas e cargas nas cidades;

- II. Mobilidade urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano;
- III. Acessibilidade: facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos, autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor;
- IV. Modos de transporte motorizado: modalidades que se utilizam de veículos automotores;
- V. Modos de transporte não motorizado (ou transporte ativo): modalidades que se utilizam do esforço humano ou tração animal;
- VI. Transporte público coletivo: serviço público de transporte de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público;
- VII. Transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano: serviço de transporte público coletivo entre municípios;
- VIII. Transporte privado coletivo: serviço de transporte de passageiros não aberto ao público para a realização de viagens com características operacionais exclusivas para cada linha e demanda;
- IX. Transporte público individual: serviço remunerado de transporte de passageiros aberto ao público para a realização de viagens individualizadas, por intermédio de veículos de aluguel;
- X. Transporte privado individual: serviço remunerado de transporte de passageiros para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede;
- XI. Transporte urbano de cargas: serviço de transporte de bens, animais ou mercadorias.

### 3.2 Objetivos:

O objetivo geral deste Termo de Referência é trazer o escopo detalhado para a execução dos serviços a serem contratados pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, para a revisão do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC.

O objetivo geral da contratação é elaborar a revisão do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC à luz das atuais dinâmicas de mobilidade, locais, regionais e metropolitanas, bem como abrangendo a análise das pesquisas e planos realizados entre a elaboração do Plano em 2013 a dias atuais, traçando prognóstico para 5, 15 e 25 anos e plano de ações e investimentos para a mobilidade, conforme escopo detalhado neste Termo de Referência.

No desenvolvimento do Plano Regional deverão ser contemplados ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) Levantamento e análise crítica das informações produzidas desde a realização do Plano de Mobilidade Regional (2013) até dias atuais, compreendendo levantamento e análise integrada dos Planos existentes e/ou em elaboração para a região de estudo.
- b) Diagnóstico da situação de transportes coletivos, individuais, motorizados e não motorizados, bem como infraestrutura urbana destinada ao transporte, nos sete municípios;
- c) Prognóstico das condições de mobilidade para os horizontes de 5, 15 e 25 anos;
- d) Desenvolvimento e proposição de diretrizes ações de infraestrutura, operacionais e de gestão para mobilidade regional; e
- e) Consolidação do Plano de Mobilidade Regional

### 3.3 Acompanhamento dos trabalhos:

O desenvolvimento do Plano Regional será acompanhado e avaliado pelo Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato, pertencentes ao quadro do Consórcio, a serem designados, tendo colaboração do Grupo Técnico Mobilidade, formado por membros técnicos devidamente nomeados pelos prefeitos, bem como o Comitê Regional de Secretários de Mobilidade, que acompanharão de forma colaborativa com os andamentos do contrato.

### 3.4 Etapas e Atividades:

Para atingir os objetivos descritos acima, os trabalhos deverão ser desenvolvidos considerando as etapas e atividades abaixo descritas, que partem do escopo produzido do Plano de Mobilidade Regional, de 2013, acrescido das análises das novas dinâmicas de circulação regional.

#### 3.4.1 ETAPA 1. MOBILIZAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO

Esta etapa tem por finalidade a definição do conjunto de atividades necessárias para a realização dos trabalhos, buscando a máxima eficiência, eficácia e efetividade na sua execução.

Nesta etapa deve ser explicitada pela Contratada a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento do projeto, propiciando oportunidade para ajustes no planejamento do projeto.

#### 3.4.1.1. Reunião de início dos trabalhos

Após emissão da Ordem de Serviço para início dos trabalhos, deverá ser realizada uma reunião inicial entre os representantes da Contratada, os fiscais do contrato, pelo Consórcio e o Grupo Técnico Mobilidade. Nesta reunião a Contratada deverá apresentar os profissionais que participarão do desenvolvimento do estudo e serão estabelecidos os procedimentos que regularão a comunicação entre as partes.

A partir desta reunião, a Contratada elaborará dois documentos: O Plano Executivo dos Trabalhos e o Plano de Comunicação.

#### 3.4.1.2. Elaboração do Plano Executivo dos Trabalhos

Esta etapa tem por finalidade a definição do conjunto de atividades necessárias para a realização dos trabalhos, buscando a máxima eficiência, eficácia e efetividade na sua execução. Nela será explicitada a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento do Plano Regional de Mobilidade, propiciando oportunidade para ajustes no planejamento do projeto.

O Plano Executivo dos Trabalhos deverá fazer um detalhamento do Plano de Trabalho apresentado pela Contratada em sua Proposta Técnica, com os ajustes e/ou correções solicitados pelo Consórcio na reunião de início dos trabalhos, contendo, no mínimo:

- a) Descrição do objeto contratado;
- b) Metodologia dos trabalhos a serem desenvolvidos;
- c) Conceitos e princípios a serem utilizados nas diversas atividades;
- d) Forma de apresentação dos produtos e de entrega de relatórios, bancos de dados, mapas e outros produtos;
- e) Calendário de eventos e cronograma das atividades e de entrega de produtos;
- f) Cronograma físico, preferencialmente em gráfico de Gantt.

O Plano Executivo dos Trabalhos será apresentado para análise e avaliação pelo Consórcio, permitindo as revisões que se fizerem necessárias até a edição final do documento, que se constituirá na referência para a gestão do projeto.

Produto: (RT01) - Plano Executivo dos Trabalhos
---

#### 3.4.1.3. Elaboração do Plano de Comunicação

O objetivo do Plano de Comunicação é garantir publicidade e transparência em todas as fases de elaboração do Plano de Mobilidade Regional, envolvendo as equipes das prefeituras da Região e permitindo a participação de diversos segmentos da sociedade no processo.

Para isso, deverão ser previstos diversos espaços de diálogo envolvendo os diversos atores e públicos envolvidos ou interessados nas condições de mobilidade urbana na Região do Grande ABC, permitindo a manifestação de opiniões, demandas e contribuições relativas à mobilidade regional, relacionando os eventos que serão realizados nas diversas etapas do trabalho.

O processo participativo deverá a participação de atores públicos e privados em todas as etapas de construção do Plano Regional, levando em consideração os graus diversos de organização e mobilização dos agentes sociais, econômicos e políticos que serão envolvidos de modo a permitir que esses possam explicitar seus interesses e demandas específicos, mas também contribuir na leitura dos problemas e na formulação de propostas orientadas pelo interesse público mais geral.

O Plano de Comunicação deverá conter, no mínimo:

- I. Realização de reuniões mensais de acompanhamento do trabalho com o Consórcio;
- II. Realização de reuniões de apresentação do Plano Executivo dos Trabalhos;
- III. Realização de escutas setoriais com segmentos específicos;
- IV. Realização de audiências públicas;
- V. Criação e gerenciamento de um canal de participação pública dentro do site do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC;
- VI. Contemplar a entrega de dashboards interativos e mapas digitais acessíveis com informações.

No Plano de Comunicação deverão ser indicadas datas para os eventos, mas que dependerão de posterior confirmação, podendo ser alteradas em função do andamento dos trabalhos, da disponibilidade de agenda dos representantes de cada segmento e de detalhes de organização dessas atividades.

A preparação de cada uma dessas ações deverá ser realizada pela Contratada em conjunto com o Consórcio, englobando:

- I. Definição dos grupos alvo e dos convidados;

- II. Elaboração de roteiro básico e preparação do material de apoio (apresentações, mapas, imagens e outros eventuais recursos audiovisuais);
- III. Realização dos eventos; e
- IV. Sistematização dos resultados.

Todos os eventos poderão realizados de forma remota ou, quando realizados de forma presencial, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Produto: (RT02) - Plano de Comunicação
--

#### 3.4.1.4. Reunião de apresentação do Plano Executivo dos Trabalhos

Deverão ser previstas duas reuniões para informar sobre a revisão do Plano Regional, oferecer informações preliminares a respeito do processo de elaboração do Plano e expor o Plano Executivo dos Trabalhos, bem como apresentar detalhes do seu planejamento.

A primeira apresentação deverá ser feita para a Assembleia de Prefeitos do Consórcio, para a qual serão convidados o Comitê Regional de Secretários municipais diretamente envolvidos com a gestão dos temas de mobilidade urbana.

Em uma segunda reunião, esta apresentação será feita para os membros do Grupo Técnico Mobilidade Urbana do Consórcio, envolvendo os representantes das prefeituras que deverão acompanhar mais diretamente o desenvolvimento do projeto.

#### 3.4.1.5. Escutas setoriais

Como parte das etapas de Levantamento de Dados (Etapa II) e diagnóstico (Etapa III) deverá ser realizado um conjunto de reuniões destinadas ao levantamento de coleta de informações e identificação de demandas de segmentos específicos da sociedade, diretamente envolvidos com as questões de mobilidade.

Esses eventos, denominados como “escutas setoriais”, têm por objetivo reunir a equipe da Contratada e representantes do Consórcio com grupos com interesse específicos, para levantar suas demandas e colher sugestões que complementarão os dados e informações obtidos em levantamentos e pesquisas.



Estas atividades poderão ser realizadas de forma remota ou presencial, tendo como público-alvo representantes de segmentos identificados pelo Consórcio como estratégicos, entre eles:

- Universidades e faculdades instaladas na Região;
- Associações comerciais e industriais;
- Empresas operadoras dos serviços de transporte coletivo;
- Empresas do segmento de transporte de cargas;
- Entidades representativas de profissionais (engenheiros, arquitetos, advogados e outros);
- Empresas e órgãos do Governo do Estado com atuação na prestação de serviços de transporte (Secretaria de Transportes Metropolitanos, Metrô, CPTM);
- Representantes de usuários dos serviços de transporte coletivo;
- Representantes de entidades de ciclistas.

Todos esses segmentos dispõem de inserção privilegiada na formulação das políticas de mobilidade urbana, ou por terem participação direta na produção dos serviços de transporte, ou por ocuparem um papel relevante na concepção de uma mobilidade urbana sustentável.

Todas estas atividades serão realizadas na fase inicial de levantamento de dados e informações para elaboração do Plano Regional, antes portanto da preparação de um diagnóstico, mesmo que preliminar. Nesse sentido, deverá ser proposta uma dinâmica que favoreça a obtenção do resultado desejado, criando condições para apresentação de demandas e reflexão a respeito dos problemas levantados.

As reuniões poderão ser realizadas de forma remota ou presencial, conduzidas pela equipe da Contratada, que deverá registrar e sistematizar as questões abordadas e os encaminhamentos sugeridos para permitir seu posterior aprofundamento na etapa de desenvolvimento de proposições.

Produto: Nota Técnica (NT01) com registro das Escutas Setoriais realizadas, com lista de presença dos participantes e síntese dos principais pontos levantados.

#### 3.4.1.6. Criação de espaço de participação dentro do site do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

---

Para apoiar o processo de relacionamento com a sociedade durante a elaboração do Plano de Mobilidade Regional, o Consórcio disponibilizará no seu site um espaço especialmente destinado à divulgação e acompanhamento de todo o processo de seu desenvolvimento, contendo pelo menos:

- a) Página introdutória com uma explicação geral sobre os objetivos do Plano Regional e do seu processo de elaboração;
- b) Espaço para divulgação de todas as atividades e ações previstas no Plano de Comunicação e informações a respeito dos eventos programados e realizados;
- c) Espaço para esclarecimento de dúvidas e recebimento de comentários, críticas, demandas, reclamações e sugestões; e
- d) Espaço para divulgação dos documentos preparados no decorrer dos trabalhos.

O site será de responsabilidade do Consórcio, mas a Contratada deverá fornecer todo o material de apoio para divulgação do Plano Regional.

#### 3.4.1.7. Audiências públicas

As audiências públicas são eventos públicos, abertos à participação de toda a sociedade, que têm por objetivos:

- a) Promover o debate e estimular a participação da sociedade na discussão dos diversos temas abrangidos pelo conceito de “mobilidade urbana”;
- b) Coletar junto a sociedade informações e dados da realidade que contribuirão com a construção de conteúdos necessários à elaboração do Plano Regional;
- c) Abrir espaço para recebimento de demandas e obtenção de contribuições para a elaboração do Plano Regional;
- d) Apresentar e discutir os elementos estruturais do Diagnóstico e do Prognóstico das condições de mobilidade na Região do Grande ABC;
- e) Apresentar, discutir e validar as propostas que integrarão o Plano de Ações do Plano Regional; e
- f) Garantir ampla difusão das informações sobre o Plano Regional, de modo abrangente, com transparência, clareza e objetividade.

Deverão ser realizadas duas audiências públicas:

- I. No final das etapas de Diagnóstico e Prognóstico, para apresentação e discussão das leituras das condições atuais de mobilidade urbana na Região e os resultados do Prognóstico para os anos de horizonte estabelecidos;
- II. No final da etapa de Elaboração de Propostas, antes do fechamento do Relatório Final, para apresentação e discussão das propostas de diretrizes formuladas para a melhoria das condições de mobilidade regional.

A metodologia de organização e condução da audiência pública deverão seguir a forma apresentada no Plano de Comunicação, devendo possibilitar a manifestação dos presentes e estimular o debate dos conteúdos apresentados. O material a ser apresentado deverá ser previamente submetido para aprovação do Consórcio.

Produto: Notas Técnicas (AP01 e AP02) com registro das duas Audiências Públicas realizadas, com lista de presença dos participantes e síntese dos principais pontos levantados. A AP01 será realizada após a entrega do Prognóstico e a AP02 após a entrega do Relatório de Propostas para a Mobilidade do Grande ABC.

### 3.4.2 ETAPA 2. LEVANTAMENTO DE DADOS

#### 3.4.2.1. Levantamento de dados de fontes secundárias

Esta etapa tem por objetivo coletar e organizar dados disponíveis nas prefeituras e outros órgãos, principalmente do Governo Estadual, relacionadas com as condições de mobilidade urbana na Região do Grande ABC.

Serão levantadas as seguintes informações:

- a) Planos Diretores dos municípios da Região;
- b) Planos de Mobilidade Urbana dos municipais da Região;
- c) Plano Regional de Mobilidade do ABC de 2013;
- d) Plano Diretor Regional, PDR-ABC de 2016;
- e) Bases de eixos de logradouros dos municípios;
- f) Registros de sinistros de trânsito das prefeituras;

- g) Informações gerais sobre a gestão do trânsito nos municípios incluindo: sistema semafórico existente, sistemas de fiscalização eletrônica, programas de educação;
- h) Informações sobre as políticas de estacionamento em via pública nas cidades da Região incluindo: áreas de estacionamento rotativo (forma de gestão, quantidade, localização e preços) e áreas com vagas para carga e descarga;
- i) Pesquisas de contagem de tráfego disponíveis nas prefeituras;
- j) Legislações e regulamentações vigentes nos municípios referentes à mobilidade urbana;
- k) Dados cadastrais dos serviços municipais de transporte coletivo (OSOs, itinerários, oferta, frota);
- l) Dados de demanda dos serviços municipais de transporte coletivo obtidos a partir dos sistemas de bilhetagem eletrônica (perfil atual da demanda em um mês típico e série histórica);
- m) Regulamentação e dados cadastrais do transporte por táxi nos municípios;
- n) Regulamentação e dados cadastrais do transporte escolar nos municípios;
- o) Informações disponíveis nas prefeituras sobre outros sistemas de transporte público por APP (uber, 99, mototáxi, dentre outros);
- p) Informações sobre as políticas tarifárias e de integração praticadas nos sistemas municipais e estaduais de transporte público coletivo;
- q) Informações sobre repasse de subsídios municipais para o sistema de transporte coletivo;

Além das informações listadas no item anterior, e sem prejuízo que venham a ser levantadas outras informações ao longo do processo, a Contratada deverá realizar:

- a) Levantamento de dados socioeconômicos da Região do Grande ABC junto ao IBGE, Fundação SEADE e outras fontes;
- b) Leitura e análise crítica da Pesquisa OD Domiciliar da Região Metropolitana de São Paulo realizada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo em 2022;
- c) Identificação de análise de pesquisas e estudos realizados pelos municípios com impacto nas condições de mobilidade regional;

- d) Levantamento de dados dos serviços de transporte coletivo metropolitano obtidos junto à Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô; Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU; Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP;
- e) Identificação e leitura crítica dos planos do Governo do Estado (STM, Metrô, CPTM, EMTU, ARTESP), em especial PITU-2040;
- f) Levantamento de registros de sinistros de trânsito no sistema INFOSIGA.

Produto: (RT03) Relatório com dados socioeconômicos e dados de mobilidade urbana na RMSP sistematizados (dados secundários).

#### 3.4.2.2. Levantamento de dados primários

Para o diagnóstico das condições de mobilidade na Região do Grande ABC, deverão ser realizadas pesquisas e levantamentos em campo complementares necessários para a leitura e o diagnóstico das condições atuais e, posteriormente, para o desenvolvimento de propostas que comporão o Plano Regional.

A Contratada deverá realizar, pelo menos, as seguintes pesquisas:

##### 3.4.2.2.1. Contagens volumétricas classificadas

Deverão ser realizadas contagens volumétricas classificadas do tráfego geral na linha de contorno da Região (cordon line) e nos principais eixos viários de deslocamentos intermunicipais internos (screen line), identificando veículos de transporte coletivo (por tipo), veículos de transporte de transporte individual, veículos de transporte de carga (por porte), motocicletas (com identificação das utilizadas para transporte de cargas e mercadorias) e bicicletas.

Na contagem dos caminhões deverá estar incluída, também, a identificação do transporte de cargas perigosas que será utilizada na caracterização deste tipo de mercadoria.

As contagens deverão ser realizadas no mínimo em 60 (sessenta) seções, em um dia útil, nos dois sentidos, no período das 06:00 às 22:00 horas. A localização dos pontos de contagem deverá ser aprovada pelo Consórcio.

Os resultados das contagens de veículos de transporte de carga deverão ser utilizados para identificação das principais rotas regionais de movimentação de cargas.

#### 3.4.2.2.2. Pesquisa visual de carregamento

Deverão ser realizadas pesquisas visuais de ocupação no transporte coletivo municipal e intermunicipal por ônibus em pontos estratégicos localizados nos principais eixos viários regionais, identificando os serviços, a linha, o tipo de veículo e a sua ocupação.

As pesquisas deverão ser realizadas em 60 (sessenta) seções, em um dia útil, nos dois sentidos, em 3 períodos de três horas (pico manhã, pico almoço e pico tarde). A localização dos pontos de pesquisa deverá ser aprovada pelo Consórcio.

#### 3.4.2.2.3. Pesquisa de velocidade e retardamento

A partir da identificação e atualização do Sistema Viário de Interesse Regional (ver item 3.4.3.2.3), com o objetivo de obter dados sobre tempo de percurso e tempos parados, por motivo, em rotas de tráfego, deverão ser realizadas pesquisas de velocidade e retardamento nos principais eixos viários regionais para o tráfego geral e para o transporte coletivo. As pesquisas deverão ser realizadas em 200 km (duzentos quilômetros), em corredores, em um dia útil, nos dois sentidos, em 3 períodos de três horas (pico manhã, pico almoço e pico tarde). A localização dos pontos de pesquisa deverá ser aprovada pelo Consórcio.

#### 3.4.2.2.4. Identificação dos atributos físicos e funcionais do Sistema Viário Principal Regional

A partir da identificação e atualização do Sistema Viário de Interesse Regional (ver item 3.4.3.2.3), será realizado um levantamento dos atributos físicos e funcionais do Sistema Viário Principal Regional – SVPR em 200 km (duzentos quilômetros), contemplando: sentido de direção das vias, número de faixas de rolamento por sentido, existência de canteiro central e faixas de estacionamento de veículos. Os resultados dos levantamentos deverão ser lançados na base georreferenciada do modelo de simulação.

Produto: (RT04) Relatório com dados levantados e pesquisas de campo sistematizadas (dados primários)

### 3.4.3 ETAPA 3. DIAGNÓSTICO

Nesta etapa deverão ser sistematizados e analisados os dados obtidos nas atividades anteriores de modo a oferecer uma leitura quantitativa e qualitativa das condições de mobilidade na Região, visando identificar necessidades ou oportunidades de melhorias a serem implementadas com as propostas que serão desenvolvidas na etapa posterior.

#### 3.4.3.1. Montagem da rede de simulação

A Contratada deverá elaborar uma rede de simulação de tráfego que englobe todo o território do Grande ABC, assim como as extensões necessárias para a representação das interfaces com as demais áreas da RMSP, utilizando zoneamento compatível com o da Pesquisa OD Domiciliar da RMSP, utilizando software de simulação EMME, ou outro similar, podendo ser também utilizado, adicionalmente, softwares com inteligência artificial e Big Data

Faz parte da rede de simulação a representação fiel da política tarifária praticada no Grande ABC com suas tarifas específicas e esquemas de integração com outros sistemas da RMSP.

Com base no processamento de dados da Pesquisa OD, deverão ser elaboradas as matrizes de origem e destino das viagens dos moradores da Região por modo de transporte: transporte público coletivo (TPC) e transporte individual motorizado (TIM). Essas matrizes deverão ser ajustadas com base nas pesquisas de campo realizadas no âmbito do projeto.

A rede de simulação calibrada e as matrizes ajustadas deverão ser apresentadas e validadas pelo Consórcio.

Produto: Nota Técnica (NT02) com as Matrizes Origem / Destino e rede de simulação calibrada

#### 3.4.3.2. Caracterização das condições de mobilidade da Região do Grande ABC

Na caracterização das condições de mobilidade na Região do Grande ABC, são apresentados abaixo os conteúdos das leituras, subdivididos tematicamente, mas a sua abordagem analítica deve ser feita sempre que possível de forma transversal e sistêmica.



#### 3.4.3.2.1. Leitura das condições gerais de mobilidade da Região do Grande ABC

A partir dos dados das pesquisas OD realizada pelo Metrô na Região Metropolitana de São Paulo em 2007, 2017 e em 2022, deverá ser feita uma análise das viagens realizadas na Região do Grande ABC, abordando:

- a) Caracterização do perfil socioeconômico da demanda;
- b) Identificação dos impactos da pandemia;
- c) Comportamento da divisão modal;
- d) Variação e distribuição espacial das viagens a partir das matrizes de origem e destino;
- e) Identificação dos principais vetores de desejo de viagem.

#### 3.4.3.2.2. Análise e leitura crítica das propostas de planejamento para a mobilidade regional

Nesta atividade a Contratada deverá realizar uma leitura crítica das propostas apresentadas nos estudos de planejamento realizados pelos municípios ou pelos órgãos do Governo do Estado com abordagem regional.

Deverão ser analisados pelo menos:

- a) Plano Regional de Mobilidade do Grande ABC (2013);
- b) Planos diretores municipais;
- c) Planos de mobilidade urbana municipais;
- d) Plano de Corredores Metropolitanos da EMTU / STM;
- e) Planejamento de expansão dos sistemas de transporte sobre trilhos (Metrô e da CPTM);
- f) Estudo Nacional de Mobilidade Urbana – ENMU em processo de desenvolvimento pelo BNDES.

Nesta leitura deverão ser identificadas as propostas que foram ou estão sendo efetivamente implementadas e, a partir de discussão com os representantes do Consórcio, avaliar as principais dificuldades enfrentadas para a sua efetivação.

#### 3.4.3.2.3. Caracterização do sistema viário de interesse regional

- a) Identificação do Sistema Viário Principal Regional (SVPR)

Com base nos resultados do modelo de simulação, das pesquisas realizadas, das demandas apresentadas nas escutas setoriais e em reuniões com o Consórcio, deverá ser realizada uma atualização do Sistema Viário Principal da Região – SVPR, identificado no Plano Regional de 2013, considerando também a hierarquia viária estabelecida nos municípios.

Nesta atividade, mas não restrita ao SVPR, deverão ser identificadas e mapeadas intervenções existentes ou propostas nos municípios para configuração de sistema viário dedicado especificamente à algum modo de transporte: para o transporte coletivo (vias, faixas exclusivas e outras medidas de prioridade à circulação dos ônibus); para o transporte ciclovitário (ciclovias, ciclofaixas ou ciclorrotas); para a circulação de pedestres (vias exclusivas para pedestres e calçadas); para o transporte de carga; ou para outros modos de transporte (motofaixas, por exemplo).

#### b) Análise das condições operacionais do SVPR

Com base nos resultados obtidos no carregamento da rede de simulação, complementados pelas pesquisas de contagem de veículos e estudos de velocidade e retardamento, deverá ser avaliado o grau de solicitação da malha viária em termos de níveis de congestionamento, velocidade média dos trechos analisados e ocorrência de gargalos. Serão também considerados indicadores como tempo médio de deslocamento, distância média percorrida e custo médio das viagens.

Das escutas setoriais poderão ser identificadas deficiências de conexões na malha viária regional frente aos desejos de deslocamento dos usuários do transporte individual.

#### 3.4.3.2.4. Caracterização dos sistemas de transporte coletivo urbano

##### a) Cadastramento e identificação dos serviços de transporte coletivo na Região

Com base nos dados cadastrais obtidos junto aos municípios da Região e ao órgão gestor dos transportes intermunicipais, deverão ser identificados, mapeados e lançados no modelo de simulação os serviços de transporte coletivo existentes na Região: sistemas municipais, metropolitanos (linhas intermunicipais e Corredor ABD) e regionais (CPTM, Metrô, BRT ABC),

Deverão ser identificados dados de oferta desses serviços considerando dados de oferta programada (itinerários, quantidade de viagens), dados dos

cadastros de frota disponíveis (tipologia e idade) e seus principais indicadores operacionais.

b) Identificação da infraestrutura urbana dedicada ao transporte coletivo

A análise deverá abordar a infraestrutura física associada aos serviços de transporte coletivo (sistema viário dedicado com prioridade à circulação dos ônibus, estações e terminais, pontos de parada.)

c) Análise da rede de serviços de transporte coletivo

Nesta análise deverão ser avaliados:

- Racionalidade das redes e superposições com os sistemas intermunicipais;
- Cobertura espacial das redes;
- Avaliação das condições operacionais do transporte coletivo no sistema viário (tratamento dos corredores, prioridade na circulação e velocidades médias).

d) Análise dos dados de demanda

Nesta análise deverão ser avaliados:

- Caracterização do perfil da demanda mensal nos sistemas municipais e intermunicipais com base nos dados de um mês típico registrado nos sistemas de bilhetagem eletrônica;
- Série histórica de evolução da demanda nos sistemas municipais e intermunicipais.
- Identificação e análise das políticas tarifárias praticadas na Região
- Nesta análise deverão ser avaliados:
  - Política tarifária e forma de remuneração dos operadores;
  - Estruturas e políticas tarifárias praticadas na Região (sistemas municipais e regionais);
  - Existência de mecanismos de integração tarifária intra e inter sistemas;
  - Identificação da existência de sistemas automatizados de cobrança (bilhetagem eletrônica);
  - Gratuidades vigentes;
  - Existência de pagamento de subsídios aos operadores pelo orçamento público.
- Levantamento da disponibilidade de sistemas de informação aos usuários dos serviços de transporte coletivo.

- Análise do marco regulatório dos serviços de transporte coletivo na Região relevante para a integração regional das políticas de mobilidade urbana.

A partir da legislação e da regulamentação dos sistemas de transporte coletivo, deverão ser identificados eventuais aspectos que contribuam ou dificultem uma gestão integrada e coordenada dos diversos sistemas que atendem à Região.

Produto: Nota Técnica (NT03) com Diagnóstico Parcial com a análise dos serviços de Transporte Coletivo na Região

#### 3.4.3.2.5. Caracterização do transporte de cargas

##### a) Identificação da rede viária principal utilizada pelo transporte de cargas

Com base nas pesquisas de contagem de tráfego realizadas e das informações obtidas nas escutas setoriais deverá ser identificado o sistema viário estrutural para a circulação interna ou de passagem do transporte de cargas e outras vias com intensa movimentação de caminhões.

##### b) Identificação de medidas regulatórias

Identificação da existência de regulamentações municipais de restrição à circulação do transporte de cargas, em rotas, áreas ou horários.

##### c) Levantamento da localização dos principais polos geradores de movimentação de cargas

A partir das informações fornecidas pelas prefeituras e de reuniões realizadas com o Consórcio, deverão ser identificados e mapeados os principais polos geradores de movimentação de cargas na Região: polos industriais, centros de distribuição e terminais de carga, empresas logísticas e estabelecimentos industriais ou comerciais de grande porte.

##### d) Identificação da movimentação do transporte de cargas perigosas

Também com base nas pesquisas de contagem de tráfego deverão ser identificadas rotas com elevada participação de veículos de transporte de cargas perigosas ou de grandes dimensões.

Neste item também deverão ser levantados junto às prefeituras os procedimentos existentes para monitoramento e controle do transporte deste tipo de carga e procedimentos adotados em casos de acidentes.

##### e) Identificação qualitativa de problemas e demandas relacionadas ao transporte de cargas

A partir das escutas setoriais e de reuniões com o Consórcio deverá ser realizada uma avaliação qualitativa das condições da movimentação de cargas na Região, inclusive a identificação de impactos urbanos localizados provocados pela movimentação desses veículos.

#### 3.4.3.2.6. Caracterização da infraestrutura para o transporte cicloviário

Nesta atividade a Contratada deverá realizar um levantamento da infraestrutura existente na Região para o transporte cicloviário, bem como uma leitura crítica das propostas existentes nas prefeituras para expansão desta infraestrutura, considerando:

- a) Identificação da demanda de ciclistas, a partir dos dados da Pesquisa OD RMSP e de eventuais outras pesquisas realizadas nos municípios;
- b) Infraestrutura cicloviária por tipo (ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas, passeios compartilhados);
- c) Infraestrutura para estacionamento e guarda de bicicletas (bicicletários e paraciclos);
- d) Condições de acessibilidade por bicicleta aos sistemas estruturais de transporte coletivo;
- e) Identificação de demandas qualitativas a partir dos resultados obtidos nas escutas setoriais.

#### 3.4.3.2.7. Caracterização da infraestrutura para a mobilidade a pé

Nesta atividade a Contratada deverá identificar áreas nos municípios com intensa movimentação de pedestres, de modo a indicar áreas prioritárias de intervenção para qualificação dos espaços de circulação a pé.

Como parte desta atividade, deverá ser feito um levantamento da regulamentação nos municípios a respeito da responsabilidade pela construção e manutenção das calçadas, bem como a existências de normas e padrões para isto.

Também deverão ser identificados programas existentes nos municípios para requalificação dos espaços de circulação de pedestres.

#### 3.4.3.2.8. Caracterização de outras modalidades de transporte público

Com base nas informações obtidas junto às prefeituras deverá ser feita uma caracterização dos serviços de transporte por táxi, transporte escolar e transporte por aplicativo considerando:

- a) Aspectos relevantes das regulamentações municipais;
- b) Sistematização dos dados de oferta desses serviços.

Nesta atividade poderão ser identificados, a partir das escutas setoriais e de reuniões com o Consórcio, aspectos destes serviços que possam ser de interesse para a mobilidade regional.

Para os serviços de transporte por aplicativo deverá ser analisada a minuta de regulamentação elaborada pelo GT Mobilidade Urbana do Consórcio em 2022.

#### 3.4.3.2.9. Leitura das condições de segurança viária

Com base nos dados sobre segurança viária fornecidos pelas prefeituras e obtidos junto ao INFOSIGA deverá ser realizada uma identificação de pontos críticos no SVPR no que se refere à ocorrência de sinistros de trânsito.

Com base nas informações disponíveis, deverá ser feita uma avaliação do crescimento das ocorrências desses sinistros envolvendo motociclistas.

Produto: Nota Técnica (NT04) com Diagnóstico Parcial com a análise dos demais serviços de Transporte na Região (outros modais)

Após consolidadas as análises técnicas e entregues os produtos acima, deverá ser consolidado o Diagnóstico das Condições de Mobilidade na Região do Grande ABC, incorporando discussões realizadas, bem como os produtos dos levantamentos de dados, sistematizados e aplicados.

Produto: (RT05): Diagnóstico das Condições de Mobilidade na Região do Grande ABC

#### 3.4.4 ETAPA 4. PROGNÓSTICO

Nesta etapa, a Contratada deverá realizar uma análise de Prognóstico para antever situações que poderão advir do crescimento espontâneo na Região, sem que haja nenhum tipo de intervenção sobre as condições atuais dos sistemas de mobilidade.

##### 3.4.4.1. Projeções da demanda

Para as projeções de demanda deverão ser desenvolvidos os modelos de transporte de quatro etapas (geração, distribuição, divisão modal e alocação).

Para o desenvolvimento destes modelos as matrizes deverão ser estratificadas por motivo de viagem e renda média familiar.

Deverá ser especificada a metodologia para a elaboração do Modelo de Geração, a técnica a ser utilizada, as variáveis prováveis de serem testadas e os critérios para a sua validação.

Deverá ser especificada a metodologia para a elaboração do Modelo de Distribuição, a justificativa para a seleção da técnica utilizada e os critérios para a sua validação.

Para o Modelo de Divisão Modal especificar também a metodologia a ser utilizada com a possibilidade de considerar as viagens de motocicleta como modo específico.

Deverá ser especificada a metodologia a ser utilizada para o Modelo de Alocação para os modos TPC e TIM e os critérios para a sua validação.

A proponente deverá apresentar um fluxograma com as interrelações entre as etapas, os insumos a serem utilizados e produtos de cada processo da modelagem.

As variáveis socioeconômicas que forem utilizadas na calibração do modelo de deverão ser projetadas para horizontes de 5, 15 e 25 anos conforme descrito no próximo item.

##### 3.4.4.2. Elaboração de cenários

As análises do Prognóstico deverão ser realizadas por meio de projeções das principais variáveis socioeconômicas acima identificadas para horizontes de 5, 15 e 25 anos.

Os cenários deverão estimar tendências nas características socioeconômicas e de uso e ocupação do solo urbano que configuram os condicionantes da demanda (cujas variáveis foram identificadas no item anterior) e dos padrões



de mobilidade determinantes das estimativas de crescimento econômico e da estrutura urbana. As variáveis deverão ser distribuídas espacialmente considerando: a expansão urbana, os vetores de crescimento, o adensamento e as dinâmicas do mercado imobiliário.

Para as projeções de evolução das condições de urbanização e de uso e ocupação do solo, deverão ser realizadas reuniões dos profissionais da Contratada com as equipes de planejamento urbano das prefeituras, podendo estas serem feitas de forma remota.

Os cenários proporcionarão elementos para avaliação da capacidade de suporte dos sistemas viário e de transporte coletivo, indicando demandas potenciais de investimentos públicos na implantação de infraestrutura e serviços.

#### 3.4.4.3. Avaliação dos indicadores

A análise das condições de mobilidade na Região nos cenários elaborados para os anos de horizonte do Plano Regional deverá ser feita por meio de indicadores (nível de serviço, tempos de deslocamento, custos, emissões, ...), com projeção quantitativa e qualitativa dos impactos dos cenários na mobilidade, nos serviços de transporte e no sistema viário.

Produto: (RT06): Prognóstico das Condições de Mobilidade na Região do Grande ABC

#### 3.4.4.4. Realização de audiência pública

Concluídas as leituras e o diagnóstico das condições atuais de mobilidade urbana na Região do Grande ABC, e realizado o Prognóstico para os anos de horizonte estabelecidos, deverá ser realizada uma primeira audiência pública onde serão apresentadas e discutidas as suas conclusões.

A metodologia de organização e condução da audiência pública deverão seguir a forma apresentada no Plano de Comunicação, devendo possibilitar a manifestação dos presentes e estimular o debate dos conteúdos apresentados. O material a ser apresentado deverá ser previamente submetido para aprovação do Consórcio.

A audiência será dividida em dois períodos: no primeiro, a Contratada fará uma apresentação sucinta dos resultados destas duas etapas e, em um segundo período, deverão ocorrer reuniões temáticas em salas específicas, para aprofundamento dos debates.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC providenciará o local adequado para a realização da audiência pública e será responsável pelos contatos e convites aos participantes; a Contratada será responsável pela organização do evento, preparação de todo o material de divulgação e de apoio, bem como pelo registro em relatório dos seus resultados.

Produto (AP01) Realização de audiência pública para apresentação do Diagnóstico e Prognóstico e elaboração de Nota Técnica

#### 3.4.5 ETAPA 5. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS

A partir dos dados e informações obtidos e analisados nas etapas anteriores, deverão ser desenvolvidas as diretrizes e propostas de ações para melhoria das condições de mobilidade na Região do Grande ABC, em todas as dimensões analisadas, para intervenções imediatas, a curto prazo (horizonte de 5 anos), médio prazo (15 anos) e longo prazo (25 anos).

As propostas de ações para a mobilidade regional deverão compreender diretrizes para a definição de políticas integradas que subsidiem ações e projetos comuns aos sete municípios, abrangendo, dentre outras:

- a) Propostas de intervenções físicas em obras de manutenção e ampliação da infraestrutura viária (obras viárias, faixas, passeios, ciclovias etc.), entre outras;
- b) Medidas operacionais, de regulamentação do uso do espaço viário, ações de engenharia de tráfego, entre outras;
- c) Medidas gerenciais, com relação entre a oferta e a demanda, tanto para circulação viária como para transporte coletivo.

As alternativas elaboradas tanto para o sistema viário quanto para os serviços de transporte coletivo deverão ser simuladas nos modelos de transporte acima especificados, de modo a permitir estimativa dos fluxos na rede, produção de indicadores operacionais e de desempenho em cada cenário proposto.

Para a circulação viária, os indicadores de desempenho deverão incluir: velocidades médias, relação demanda-capacidade dos segmentos (níveis de serviço), tempo de ocupação da malha e permanência dos veículos no sistema. Para o transporte coletivo, os resultados deverão ser apresentados em termos de frequência na hora-pico, frota necessária, tempos médios de

deslocamento dos usuários (incluindo acesso, espera, viagem e transferência), custos operacionais, volume de transferências.

Também deverão ser avaliados benefícios sociais das intervenções propostas, de forma a subsidiar decisões do poder público, oferecendo subsídios por meio de indicadores técnicos que reflitam os impactos das intervenções sobre os diferentes agentes envolvidos. Tais atributos serão quantificados com o apoio do modelo de simulação, nos horizontes de projeto de 2030, 2040 e 2050.

Para os usuários, os principais atributos considerados serão: tempos de deslocamento, conforto, acessibilidade, capilaridade da rede, custo direto (tarifa e integração), confiabilidade e flexibilidade.

Para a sociedade, os benefícios esperados incluem a redução dos conflitos entre transporte público e privado, bem como dos efeitos colaterais relacionados aos congestionamentos.

No âmbito urbano, destacam-se a mitigação da poluição ambiental e sonora e a redução dos impactos negativos sobre o uso do solo, especialmente em áreas centrais com alta concentração de linhas de ônibus.

#### 3.4.5.1. Propostas para o sistema viário e para a circulação

No que se refere à infraestrutura viária e ao plano de circulação, a formulação de propostas deverá apresentar diretrizes para intervenções na malha viária com o objetivo de:

- a) Integrar a malha intra e intermunicipal;
- b) Priorizar a fluidez do transporte coletivo em relação aos modos de transporte motorizado individual;
- c) Ampliar a capacidade operacional em trechos viários com saturação ou desempenho instável;
- d) Proporcionar novas rotas de ligação estruturais intra e inter municipais visando atender adequadamente os polos geradores de viagens;
- e) Organizar os fluxos veiculares e dos modos de transporte ativos (ciclistas e pedestre) de modo a aumentar os níveis de segurança no tráfego;
- f) Criar rotas específicas para os fluxos de passagem;
- g) Disciplinar a circulação em áreas de maior atividade comercial.

Nesse contexto, o Plano Regional deverá indicar obras físicas necessárias para melhorar o desempenho da circulação regional, tais como: alargamento de vias e calçadas, implantação de obras de arte especiais (como viadutos e passagens inferiores), e ajustes geométricos localizados, quando se tratar de intervenções de interesse regional. Também deverão ser indicadas medidas operacionais, de gestão do tráfego motorizado e de prioridade para os modos coletivos e não motorizados, que contribuam para a adoção de uma política de mobilidade urbana sustentável.

#### 3.4.5.2. Propostas para os serviços de transporte coletivo

No que se refere aos serviços de transporte coletivo, com base em uma análise regional das redes municipal e intermunicipal que abrangem a área de estudo, a formulação de propostas deverá apresentar diretrizes para intervenções com o objetivo de:

- a) Reestruturar as redes de linhas de ônibus municipais e intermunicipais com a introdução de novas conexões, serviços diferenciados e integração com os sistemas estruturais de média e alta capacidades;
- b) Indicar intervenções físicas e operacionais para aumentar a eficiência da circulação do transporte coletivo frente ao tráfego geral;
- c) Indicar condições físicas, operacionais, tecnológicas e de gestão para ampliar as possibilidades de integração entre os diversos sistemas de transporte, municipais e regionais;
- d) Indicar premissas para a instituição de mecanismos tarifários unificados, seja por sistemas tronco- alimentadores, seja com recursos tecnológicos dos sistemas de bilhetagem eletrônica;
- e) Avaliar o impacto dos projetos estruturais do Governo do Estado para expansão da rede de transporte estrutural sobre trilhos (CPTM e Metrô) e sobre pneus (Corredor ABD e BRT ABC);
- f) Indicar necessidade de investimentos na melhoria dos equipamentos urbanos associados à prestação dos serviços de transporte coletivo (terminais, estações, pontos de parada), considerando o seu potencial para a implementação de uma política de desenvolvimento urbano orientado pela mobilidade;
- g) Indicar diretrizes para a requalificação da frota em operação nos sistemas municipais e intermunicipais de transporte coletivo por ônibus, visando maior eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços e redução dos níveis de emissões de ruídos e de poluentes atmosféricos;

- h) Indicar diretrizes para melhoria na forma de comunicação e de disponibilização de informações operacionais sobre os serviços para os usuários e para a sociedade em geral.

#### 3.4.5.3. Propostas para o transporte de cargas

No que se refere à movimentação do transporte de cargas, a formulação de propostas deverá apresentar diretrizes para intervenções com o objetivo de:

- a) Indicar rotas prioritárias para o tráfego de veículos de carga;
- b) Indicar possibilidades de medidas de disciplina para circulação e estacionamento de veículos de transporte de cargas, com possíveis restrições de rotas ou de horários;
- c) Indicar diretrizes de segurança e de procedimentos operacionais para o transporte de cargas perigosas e de grandes dimensões;
- d) Indicar diretrizes para ordenamento das operações de carga e descarga nas áreas centrais e em outras centralidades regionais;
- e) Identificar potencial para instalação de equipamentos logísticos municipais ou metropolitanos na Região.

#### 3.4.5.4. Propostas para o transporte cicloviário

No que se refere ao transporte cicloviário, a formulação de propostas deverá apresentar diretrizes para intervenções com o objetivo de:

- a) Ampliar a extensão da rede viária com tratamento para a circulação segura de bicicletas;
- b) Criar rotas cicloviárias intermunicipais;

#### 3.4.5.5. Propostas para a mobilidade a pé

No que se refere à circulação de pedestres, a formulação de propostas deverá apresentar diretrizes para intervenções com o objetivo de:

- a) Indicar diretrizes para qualificação dos espaços de circulação dos pedestres, principalmente das calçadas, estimulando o modo a pé para os deslocamentos de curta distância e no acesso aos serviços de transporte coletivo;

- b) Indicar diretrizes para revisão das legislações municipais sobre calçadas, de forma a garantir a construção e manutenção de passeios públicos de qualidade, com orientações para elaboração de manuais de padronização das calçadas e do sistema de sinalização para pedestres;
- c) Indicar diretrizes de medidas operacionais de disciplina do tráfego motorizado com objetivo de aumentar a segurança dos pedestres.

Produto: (RT07): Propostas de Ações para o Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC

#### 3.4.5.6. Realização de audiência pública

Ao final desta etapa, deverá ser realizada uma audiência pública, em evento aberto à sociedade, para apresentação das propostas indicadas para o Plano Regional.

A metodologia de organização e condução da audiência pública deverão seguir a forma apresentada no Plano de Comunicação, devendo possibilitar a manifestação dos presentes e estimular o debate dos conteúdos apresentados. O material a ser apresentado deverá ser previamente submetido para aprovação do Consórcio.

A audiência será dividida em dois períodos: no primeiro, a Contratada fará uma apresentação sucinta dos resultados desta etapa e, em um segundo período, deverão ocorrer reuniões temáticas em salas específicas, para aprofundamento dos debates.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC providenciará o local adequado para a realização da audiência pública e será responsável pelos contatos e convites aos participantes; a Contratada será responsável pela organização do evento, preparação de todo o material de divulgação e de apoio, bem como pelo registro em relatório dos seus resultados.

Produto (AP02) Realização de audiência pública para apresentação das Propostas e elaboração de Nota Técnica

Após a elaboração das Propostas de Ações para o Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC, deverão ser elaborados orçamentos paramétricos estimados das intervenções propostas com base em custos parametrizados e

consolidados no Plano de Ações e Investimentos, que possibilite a solicitação de recursos para a elaboração de Projetos Básicos para a Região.

Produto: (RT 08): Plano de Ações e Investimentos do Plano de Mobilidade Regional do ABC

#### 3.4.6 ETAPA 6. CONSOLIDAÇÃO DO PLANO REGIONAL

Ao final do desenvolvimento das atividades deverão ser elaborados os seguintes documentos consolidados, incluindo suas revisões:

- a) Relatório Final do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC;
- b) Sumário Executivo (relatório síntese) do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC;

Produto: (RT 09): Relatório Final do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC

Produto: (RT 10): Sumário Executivo do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade inerentes ao objeto e inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos de Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, desenvolvido pela Advocacia Geral da União, que devem nortear as dimensões econômica, social, ambiental e cultural, naquilo que se aplicar ao objeto a ser contratado.

### Subcontratação

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



## **Garantia da contratação**

- 4.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.3.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 4.4 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.5 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.6 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.7 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.8 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.9 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.9.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.9.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.10 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.11 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.12 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.14 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
  - 4.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
  - 4.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização,

acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.20 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, porém será exigido na proposta técnica a apresentação de memorial que demonstre o conhecimento das dinâmicas de circulação da região do Grande ABC.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

*5.1.2.1. Os trabalhos serão desenvolvidos por meio de levantamento de dados e pesquisas, reuniões com a equipe técnica, análises, simulações de cenários e proposições de ações e intervenções para a Mobilidade no ABC, conforme descrito no escopo deste Termo de Referência, com no*

*mínimo a realização de reuniões de apresentações com periodicidade mensal à equipe técnica.*

5.1.3 Cronograma de realização dos serviços: conforme documento anexo;

5.1.4 Etapas de desenvolvimento dos trabalhos: Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos deverão ser apresentados os seguintes produtos, cuja a entrega será correspondente à medição mensal, conforme Cronograma Físico-Financeiro:

5.1.4.1. *Produto: (RT01) - Plano Executivo dos Trabalhos*

5.1.4.2. *Produto: (RT02) - Plano de Comunicação*

5.1.4.3. *Produto: (RT03) Relatório com dados socioeconômicos e dados de mobilidade urbana na RMSP sistematizados (dados secundários).*

5.1.4.4. *Produto: (RT04) Relatório com dados levantados e pesquisas de campo sistematizadas (dados primários)*

5.1.4.5. *Produto: (RT05): Diagnóstico das Condições de Mobilidade na Região do Grande ABC*

5.1.4.6. *Produto: (RT06): Prognóstico das Condições de Mobilidade na Região do Grande ABC*

5.1.4.7. *Produto: (RT07): Propostas de Ações para o Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC*

5.1.4.8. *Produto: (RT 08): Plano de Ações e Investimentos do Plano de Mobilidade Regional do ABC*

5.1.4.9. *Produto: (RT 09): Relatório Final do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC*

5.1.4.10. *Produto: (RT 10): Sumário Executivo do Plano de Mobilidade Regional do Grande ABC*

*Além dos relatórios relacionados acima, resultados intermediários parciais do desenvolvimento do trabalho deverão ser entregues na forma de Notas Técnicas:*

5.1.4.11. *Produto: Nota Técnica (NT01) com registro das Escutas Setoriais realizadas, com lista de presença dos participantes e síntese dos principais pontos levantados.*

5.1.4.12. *Produto: Nota Técnica (NT02) com as Matrizes Origem / Destino e rede de simulação calibrada*

5.1.4.13. *Produto: (NT03) Nota Técnica - Diagnóstico Parcial com a análise dos serviços de Transporte Coletivo na Região*

5.1.4.14. *Produto: (NT04) Nota Técnica - Diagnóstico Parcial com a análise dos demais serviços de Transporte na Região (outros modais)*

5.1.4.15. *Produto: Nota Técnica (AP01) com registro da Audiência Pública realizadas com lista de presença dos participantes e síntese dos principais pontos levantados.*

5.1.4.16. *Produto: Nota Técnica (AP02) com registro da Audiência Pública realizadas com lista de presença dos participantes e síntese dos principais pontos levantados.*

5.1.5 As etapas acima descritas serão desenvolvidas com a realização periódica de reuniões de apresentação e reuniões de trabalho, pelo menos uma vez ao mês; realização de seminários às equipes técnicas, Secretários e Prefeitos, em momentos-chave do desenvolvimento do escopo, conforme detalhado no item 3, deste Termo de Referência.

5.1.6 A contratada deverá possuir ferramentas de controle de processos e gestão de projetos, em relação à codificação e emissão de documentos, controle de revisões e versões, tanto em relação aos documentos gerados quanto em relação às propostas e ações a serem indicadas em decorrência da elaboração do Plano de Mobilidade da Região do Grande ABC.

5.1.7 A contratada deverá fornecer ao final do contrato, banco de dados em arquivos georreferenciados digitais, disponíveis para edição de todas as atividades desenvolvidas, além dos relatórios e produtos finais impressos. Todo o desenvolvimento, relatórios e arquivos devem ser entregues em formato PDF e também em formato editável (word / docx / excel / xlsx), bem como todos os mapas e análises entregues em formato georreferenciado (GeoJson / Shapefile), ou outro formato que venha a substituir.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão entregues no seguinte endereço: Avenida Ramiro Colleoni, 05, Centro, Santo André -SP, endereço sede do contratante, durante o horário comercial, em dias úteis.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.2.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1.1. Desenvolvimento de cada etapa indicada no cronograma;

- 5.2.1.2. Submissão dos resultados em periodicidade ordinária mínima mensal e extraordinária quando necessário;
- 5.2.1.3. Realização de reuniões de exposição dos andamentos para acompanhamento do desenvolvimento do trabalho;
- 5.2.1.4. Apresentação dos resultados conforme previsto no escopo e cronograma;
- 5.2.1.5. Aprovação da área técnica após tempo hábil para análise, para obtenção do aceite para encaminhamento a medição;
- 5.2.1.6. Encaminhamento do Boletim de Medição após análise técnica e administrativa à Caixa Econômica Federal para solicitação de repasse de recursos e aprovação da medição;
- 5.2.1.7. Pagamento da medição à contratada, após recebimento do repasse.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.3 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar e se responsabilizar por todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do objeto, assim como correrão por conta da Contratada todas as despesas relacionadas com a prestação dos serviços licitada, tais como tributos, seguros, fretes, salários e respectivos encargos sociais e trabalhistas, comissões, transporte, material, equipamentos e demais custos incidentes sobre o objeto licitado.

Qualificação da equipe técnica chave para execução dos serviços:

5.4 A empresa a ser contratada deverá contar com uma equipe técnica chave mínima, composta pelos seguintes profissionais:

<b>Função</b>	<b>Formação/Experiência Profissional</b>	<b>Tempo de formação</b>
Coordenador	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional em coordenação de planejamento urbano e/ou de transportes em cidades com mais de 500 mil habitantes.	15 (quinze) anos

Função	Formação/Experiência Profissional	Tempo de formação
Subcoordenador	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional em coordenação de planejamento urbano e/ou de transportes em cidades com mais de 500 mil habitantes.	10 (dez) anos
Profissional Sênior 1	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional em trabalhos de planejamento de transportes com utilização de modelos de simulação (demanda) de transporte em cidades com mais de 500 mil habitantes	10 (dez) anos
Profissional Sênior 2	Profissional com curso superior completo em arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional na elaboração de Planos Diretores Urbanos, Planos de Mobilidade Urbana ou outros trabalhos de planejamento urbano e de mobilidade em cidades com mais de 500 mil habitantes	10 (dez) anos
Profissional Sênior 3	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional na elaboração de planos e projetos viários ou em estudos de circulação em cidades com mais de 500 mil habitantes	10 (dez) anos
Profissional Sênior 4	Profissional com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional na elaboração de planos e projetos de mobilidade ativa em cidades com mais de 500 mil habitantes	10 (dez) anos



Função	Formação/Experiência Profissional	Tempo de formação
Profissional Pleno 1	Profissional com curso superior completo, com experiência profissional na coordenação de pesquisas operacionais de transporte (operacional, embarque e desembarque com e sem senha, origem e destino embarcada, velocidade e retardamento e outras pesquisas e levantamentos de campo em mobilidade, conforme previstas no escopo deste TR.) e em pesquisas de Origem / Destino Domiciliar	5 (cinco) anos
Profissional Pleno 2	Profissional com curso superior completo com experiência profissional em geoprocessamento	5 (cinco) anos
Profissional Pleno 3	Profissional com curso superior completo com experiência profissional em organização de planos de comunicação, audiências públicas e processos de participação social na elaboração de plano de mobilidade	5 (cinco) anos

5.4.1 Além desses profissionais que constituem a sua equipe chave, a empresa Contratada deverá dispor de outros, tais como engenheiros, arquitetos, técnicos, projetistas, pesquisadores, moderadores e outros, de acordo com as necessidades por ela identificadas.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas

que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente à Diretoria Administrativo-Financeira – DAF, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

*6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;*

*6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.*

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 *A entrega de relatórios produzidos devidamente de acordo com normas técnicas e obedecendo a legislação em vigor; e*

7.3.2 *Produtos coerentes com o escopo detalhado.*

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de execução dos serviços.
- 7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5 Enviar a documentação pertinente para a Diretoria Administrativo-Financeira – DAF formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.22.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.23. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo

administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

- 7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

- 7.28. Após enviado o Boletim de Medição à Caixa Econômica Federal, e após transcorrido o prazo de análise e desembolso dos recursos, será efetuado o pagamento;
- 7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA] de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

- 7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.33.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

- 7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis durante toda a vigência contratual, conforme financiamento proveniente do novo PAC
- 7.36. Os preços contidos na proposta da contratada incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto contratual ser fornecido sem ônus adicional.
- 7.37. Eventual formalização de aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada pela contratada como renúncia ou preclusão lógica do direito.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de Julgamento por TÉCNICA E PREÇO, mediante apresentação de proposta técnica e proposta comercial, conforme parâmetros relacionados abaixo:

#### **A. Nota técnica (NT)**

- I) Conhecimento do problema
- II) Metodologia e plano de trabalho
- III) Experiência da equipe técnica
- IV) Experiência da licitante

#### **B. Nota da proposta comercial (NC)**

Nota final = NT x 70 + NC x 30

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

- 9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dois dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação;
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente – Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA em plena validade;

9.32.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 15 (quinze) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em

períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2. Os atestados deverão comprovar, no mínimo, a execução dos seguintes serviços técnicos especializados:

9.33.1.2.1. Elaboração ou revisão de Planos de Mobilidade Urbana (PMU) ou Planos Diretores de Transporte e Trânsito, em conformidade com a Lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Diretrizes do Ministério das Cidades ou órgãos equivalentes.

9.33.1.2.2. Experiência em projetos que envolvam articulação intermunicipal ou Consórcios Públicos, preferencialmente na região metropolitana.

9.33.1.2.3. Desenvolvimento de estudos técnicos complementares, tais como: Pesquisas origem-destino; Análises de demanda de transporte público; Propostas de integração modal (ônibus, trem, bicicleta, etc.).

9.33.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha

feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, conforme indicado na equipe técnica-chave mínima do projeto, e também abaixo indicado(s):

9.36.1 *Para o Coordenador geral do projeto: serviços de coordenação técnica de planos de mobilidade regional, com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência profissional em coordenação de planejamento urbano e/ou de transportes em cidades com mais de 500 mil habitantes.*

9.36.2 *Para o Coordenador geral do projeto: serviços de coordenação técnica de planos de mobilidade regional, com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência mínima profissional de 15 (quinze) anos, em coordenação de planejamento urbano e/ou de transportes em cidades com mais de 500 mil habitantes.*

9.36.3 *Para os Profissionais Sêniores do projeto (apresentar ao menos quatro profissionais): serviços técnicos de planos de mobilidade regional, com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência mínima profissional de 10 (dez) anos, em trabalhos de planejamento de transportes com utilização de modelos de simulação (demanda) de transporte em cidades com mais de 500 mil habitantes; e com experiência profissional na elaboração de planos e projetos viários ou em estudos de circulação em cidades com mais de 500 mil habitantes; e com experiência profissional na elaboração de planos e projetos de mobilidade ativa em cidades com mais de 500 mil habitantes.*

9.36.4 *Para os Profissionais Plenos do projeto (apresentar ao menos três profissionais): serviços técnicos de planos de mobilidade regional, com curso superior completo em engenharia ou arquitetura e urbanismo, com registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência mínima profissional de 5 (cinco) anos, em trabalhos de coordenação de pesquisas operacionais de transporte (operacional, embarque e desembarque com e sem senha, origem e destino embarcada, velocidade e retardamento e outras pesquisas e levantamentos de campo em mobilidade, conforme previstas no escopo deste TR.) e em pesquisas*

*de Origem / Destino Domiciliar; profissional com curso superior completo com experiência profissional em geoprocessamento; e Profissional com curso superior completo com experiência profissional em organização de planos de comunicação, audiências públicas e processos de participação social na elaboração de plano de mobilidade*

9.37. Considerando o valor total estimado da licitação (a saber, R\$ 4.500.000,00 – Quatro milhões e quinhentos mil reais), conforme Art. 67 §1º, considera-se “parcela de serviços relevantes” as que tenham valor igual ou superior a 4% (R\$ 180.000,00 – cento e oitenta mil reais). Nesse sentido, foram considerados os seguintes serviços:

9.37.1 *Levantamento e análise de dados, pesquisas e análise integrada de planos;*

9.37.2 *Realização de pesquisas operacionais de transporte (operacional, embarque e desembarque com e sem senha, origem e destino embarcada, velocidade e retardamento e outras pesquisas e levantamentos de campo em mobilidade, conforme previstas no escopo deste TR.)*

9.37.3 *Realização de Diagnóstico em mobilidade, contemplando trabalhos de planejamento de transportes com utilização de modelos de simulação (demanda) de transporte em cidades com mais de 500 mil habitantes;*

9.37.4 *Realização de Prognóstico em mobilidade, contemplando a criação e análise de cenários socioeconômicos de curto, médio e longo prazo;*

9.37.5 *Elaboração de planos e projetos viários ou em estudos de circulação em cidades com mais de 500 mil habitantes; e com experiência profissional na elaboração de planos e projetos de mobilidade ativa em cidades com mais de 500 mil habitantes.*

9.38. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.39. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo \_\_\_\_.

9.40. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.



- 9.41. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

- 9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 4.499.714,62 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e catorze reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida em anexo.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 001
- II) Fonte de recursos: 05
- III) Programa de trabalho: 26.451.0001.1001
- IV) Elemento de despesa: 33.90.39

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento e respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12.DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Responsável pelo desenvolvimento do TR: Sandra Teixeira Malvese – Coordenadora de Programas e Projetos – Consórcio Intermunicipal Grande ABC

**Santo André, 26 de novembro de 2025**

---

**Sandra Teixeira Malvese**

**Coordenadora de Programas e Projetos**

**ANEXOS: planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro**



## ANEXO II-A

### CFF-BM

Número	Macrosserviço	Parcela	Percentual Parcela
1	MOBILIZAÇÃO E PLANO DE TRABALHO	MÊS 1	1,48%
		MÊS 2	1,48%
2	LEVANTAMENTO DE DADOS	MÊS 3	3,67%
		MÊS 4	3,67%
		MÊS 5	3,71%
3	DIAGNÓSTICO	MÊS 6	11,13%
		MÊS 7	11,13%
		MÊS 8	11,13%
4	PROGNÓSTICO	MÊS 9	11,37%
5	ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS	MÊS 10	16,42%
		MÊS 11	16,42%
6	CONSOLIDAÇÃO DO PLANO	MÊS 12	8,39%
<b>TOTAL</b>			<b>100,00%</b>

# ANEXO III

ETAPAS E ATIVIDADES	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	TOTAL
<b>ETAPA 1. MOBILIZAÇÃO E PLANO DE TRABALHO (COMP 01)</b>													133.139,70
Reunião de lançamento do projeto	●												
(RT01) Elaboração do Plano Executivo dos Trabalhos	■	■											
(RT02) Elaboração do Plano de Comunicação	■	■											
Apresentação do Plano de Trabalho para os prefeitos		●											
Apresentação do Plano de Trabalho para o GT Mobilidade Urbana e Comitê de Secretários		●											
Realização das Escutas Setoriais		■											
Apoio na elaboração de página no site do Consórcio Intermunicipal Grande ABC		■											
(NT01) Nota Técnica das Escutas Setoriais		■	■										
<b>ETAPA 2. LEVANTAMENTO DE DADOS (COMP 02)</b>													330.378,00
Levantamento de dados socioeconômicos		■	■										
Levantamento de dados secundários junto às prefeituras		■	■										
Levantamento de dados secundários junto à órgãos estaduais		■	■										
(RT03) Relatório com dados socioeconômicos e dados de mobilidade urbana na RMSP sistematizados (dados secundários).		■	■	■									
Realização de Pesquisas de Campo		■	■										
(RT04) Relatório com dados levantados e pesquisas de campo sistematizadas (dados primários)		■	■	■	■								
Apresentação de resultados ao Consórcio				●									
<b>ETAPA 3. DIAGNÓSTICO (COMP 03)</b>													1.669.822,00
Montagem da rede de simulação				■	■	■							
Leitura dos dados das pesquisas OD RMSP				■	■	■							
(NT02) Nota Técnica com as Matrizes Origem / Destino e rede de simulação calibrada				■	■	■	■						
Avaliação dos resultados e das intervenções do Plano de Mobilidade Regional de 2013				■	■	■							
Avaliação dos planos diretores regional e municipais				■	■	■							
Avaliação dos planos de mobilidade municipais				■	■	■							
Avaliação das diretrizes para sistemas estruturais de média e alta capacidade				■	■	■							
Caracterização do sistema viário de interesse regional				■	■	■	■						
Identificação de propostas para o sistema viário de interesse regional				■	■	■	■						
Análise do desempenho do sistema viário de interesse regional				■	■	■	■						
Caracterização dos sistemas de transporte coletivo na região				■	■	■	■						
Caracterização das infraestruturas associadas ao transporte coletivo				■	■	■	■						
Análise das condições de oferta dos serviços de transporte público coletivo				■	■	■	■						
Análise das condições de demanda dos serviços de transporte público coletivo				■	■	■	■						
Análise das políticas tarifárias praticadas na região				■	■	■	■						
(NT03) Nota Técnica - Diagnóstico Parcial com a análise dos serviços de Transporte Coletivo na Região							■						
Caracterização de outros serviços de transporte público na região							■	■					
Caracterização da infraestrutura cicloviária existente							■	■					
Identificação dos equipamentos para estacionamento e guarda de bicicletas							■	■					
Levantamento de propostas para expansão da infraestrutura cicloviária							■	■					
Considerações sobre as condições gerais para a mobilidade de pedestres							■	■					
Avaliação das normas municipais para construção e conservação das calçadas							■	■					
Identificação da rede viária principal utilizada pelo transporte de cargas							■	■					
Caracterização das condições gerais para a circulação do transporte de cargas							■	■					
Identificação dos principais problemas para o transporte de cargas na região							■	■					
(NT04) Nota Técnica - Diagnóstico Parcial com a análise dos demais serviços de Transporte na Região (outros modais)							■	■					
(RT05) Elaboração do Relatório de Diagnóstico das Condições de Mobilidade na Região do Grande ABC							■	■					
Apresentação de resultados								●					
<b>ETAPA 4. PROGNÓSTICO (COMP 04)</b>													511.556,00
Projeção de indicadores socioeconômicos para 5, 15 e 25 anos							■	■					
Elaboração de cenários urbanos, socioeconômicos e demográficos							■	■					
(RT06) Elaboração do Relatório de Prognóstico							■	■					
Apresentação de resultados ao Consórcio								●					
(AP01) Realização de audiência pública para apresentação do Diagnóstico e Prognóstico e elaboração de Nota Técnica								●	■				
<b>ETAPA 5. ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS (COMP 05)</b>													1.477.449,00
Elaboração de propostas para o sistema viário e circulação							■	■					
Elaboração de propostas para os serviços de transporte coletivo							■	■					
Elaboração de propostas para transporte cicloviário							■	■					
Elaboração de propostas para a mobilidade a pé							■	■					
Elaboração de propostas para o transporte de cargas							■	■					
(RT07) Elaboração do Relatório de Propostas								■					
Apresentação das propostas ao Consórcio								●					
(AP02) Realização de audiência pública para apresentação das propostas e elaboração de Nota Técnica								●	■				
(RT08) Elaboração do Programa e Plano de Ações e Investimentos							■	■		■			
<b>ETAPA 6. CONSOLIDAÇÃO DO PLANO (COMP 06)</b>													377.369,92
Elaboração do Relatório Final (RT09)							■	■		■			
Elaboração do Sumário Executivo (RT10)							■	■		■	■		
<b>TOTAL</b>	<b>66.569,85</b>	<b>66.569,85</b>	<b>165.189,00</b>	<b>165.189,00</b>	<b>166.982,20</b>	<b>500.946,60</b>	<b>500.946,60</b>	<b>500.946,60</b>	<b>511.556,00</b>	<b>738.724,50</b>	<b>738.724,50</b>	<b>377.369,92</b>	<b>4.499.714,62</b>
%	1,48%	1,48%	3,67%	3,67%	3,71%	11,13%	11,13%	11,13%	11,37%	16,42%	16,42%	8,39%	100,00%
<b>Produtos que serão entregues relacionadas às medições realizadas</b>	<b>RT01</b>	<b>RT02 e NT01</b>	<b>RT03</b>	<b>RT04</b>	<b>NT02</b>	<b>NT03</b>	<b>NT04</b>	<b>RT05</b>	<b>RT06 e AP01</b>	<b>RT 07</b>	<b>RT 08 e AP02</b>	<b>RT 09 e RT 10</b>	

Responsável: Sandra Teixeira Malvese

CAU A56140-1

ART/RTT 15715990

## ANEXO IV

### MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para execução dos serviços do objeto da presente Concorrência, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL (Domicílio Eletrônico):

DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

CHAVE PIX:

OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )

#### 2 – PREÇO DA PROPOSTA

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Total Global R\$
1	1	Serviços	Revisão do PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL abrangendo os sete municípios do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, articulados por meio do proponente Consórcio Intermunicipal Grande ABC, a ser executado em regime de empreitada por preço global nos termos deste Edital e demais documentos que o complementarem, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e nas demais condições e exigências estabelecidas no Termo de Compromisso TRANSFEREGOV.BR Nº 969092/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Consórcio	

			Intermunicipal Grande ABC, no âmbito do NOVO PAC.	
--	--	--	---	--

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias consecutivos, a partir de sua apresentação;

#### CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

A empresa proponente deverá apresentar o cronograma físico-financeiro da sua proposta, nos moldes do Anexo 3 do Edital, com valores atribuídos para cada uma das etapas, e em conformidade com o desembolso.

### 3 – DECLARAÇÕES

3.1 – Declaramos que e-mail informado nesta proposta será o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorizações de ordens de serviços, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.

3.2 – Declaramos, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do objeto da referida contratação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Consórcio Grande ABC antes da abertura oficial das propostas;

g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

h) Que leu, compreendeu e concorda integralmente com todos os termos, condições e obrigações estabelecidas no(s) Termo(s) do Edital, comprometendo-se a cumpri-lo(s) fielmente, bem como a responder por quaisquer consequências decorrentes do seu inadimplemento;

3.3 – Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicional.



LOCAL E DATA

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
Nº do documento de identidade ou CPF

## ANEXO V

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, QUE  
FAZEM ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
GRANDE ABC E .....

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ/MF sob n. 58.151.580/0001-06, com sede na Av. Ramiro Colleoni, 05, Centro, Santo André – SP, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Secretário-Executivo, Sr. AROALDO OLIVEIRA DA SILVA, inscrito no CPF(MF) sob nº 246.427.678-27, portador da CI. nº 26.732.296-3, expedida pela SSP/SP, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e, de outro lado, [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], tendo em vista o que consta no Processo nº 019/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de Serviços Técnicos de Engenharia e de Urbanismo – Serviços Técnicos Especializados de Natureza Intelectual, para o desenvolvimento da revisão do PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL abrangendo os sete municípios do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, articulados por meio do proponente Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da emissão de Ordem de Início do Objeto, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídos todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto contratual ser fornecido sem ônus adicional.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Consórcio para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.2. certidão que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual;

9.5.3. certidão que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;



9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Consórcio deste exercício, na dotação orçamentária do exercício de 2026, na classificação: 33.01.01.26.451.0001.1.0006.339039.05.00000000

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO**

17.1 Este contrato fica vinculado as condições e exigências estabelecidas no Termo de Compromisso TRANSFEREGOV.BR Nº 969092/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no âmbito do NOVO PAC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo André para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
*Representante legal do CONTRATANTE*

\_\_\_\_\_  
*Representante legal do CONTRATADO*

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-

## ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.